

REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.º 6

Junho de 1920

Ano LXXII

Director, proprietario e editor — Empresa da *Revista Militar*
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIARIO DE NOTICIAS
Rua do Diário de Noticias, 78 — Lisboa

A Infantaria e os seus Mortos

A arma de infantaria vai consagrar à memória dos seus mortos da grande guerra de 1914 a 1918 um monumento perduravel,— O Livro de Ouro da Infantaria,— onde ficarão inscritos, para que a posteridade os aprenda, os nomes daqueles dos seus membros, desde o mais modesto soldado ao mais graduado official, que caíram longe da Pátria, sacrificando-lhe a vida nos campos de batalha da Europa e da Africa.

A iniciativa desta comovente homenagem pertence à comissão técnica da arma, que não quer deixar no olvido os nomes desses milhares de portugueses, membros da nobre arma de infantaria, que marcharam, como verdadeiros soldados, ao cumprimento de um dever de honra, com a maior serenidade, sem medir os perigos que corriam, com um arreigado espirito de disciplina, e que ficariam esquecidos se os seus irmãos de armas, que teem a ventura de pisar o solo da Pátria, não inscrevessem piedosamente os seus nomes nas páginas desse Livro de Ouro, que ficará sendo o orgulho de muitas familias e a consolação única de muitos olhos que ainda não se enxugaram.

A *Revista Militar*, sempre pronta a associar-se aos generosos ideais, e que ainda há pouco consagrou um numero especial ao esforço do exercito e da marinha na grande guerra, aplaude com entusiasmo a iniciativa da Comissão Técnica da Infantaria, e publica na integra na secção respectiva a circular que lhe foi enviada, no desejo de contribuir, na medida das suas forças, para o exito de tão levantado empreendimento.

A DIRECÇÃO

LIÇÕES DA GRANDE GUERRA

IV

(Continuação)

Tendências para uma nova classificação do material de artilharia

A nova feição que, desde o seu início, caracterizou as operações da grande guerra, assinalando a alta importância do emprêgo de toda a espécie de artilharia para vencer a grande resistência oferecida pelo adversario, — veio sobremaneira acentuar a discordância técnica que já se notava na classificação do material de artilharia, não só nos diversos estados beligerantes, mas ainda nas publicações da especialidade de cada país, demonstrando a impreterível necessidade de se adoptar uma nova classificação mais racional, de onde fossem banidas certas designações que não correspondem precisamente à idéa que procuram exprimir, se atendermos à grande transformação que se operou na utilização da artilharia pesada, de sitio e de costa, mercê da tracção mecânica facultada por poderosos *camions*, automoveis.

Em França, por exemplo, antes da guerra, a artilharia era classificada em artilharia de campanha e em artilharia pesada, considerando-se como pertencendo à artilharia de campanha todos os canhões de calibre inferior a 95 milímetros, e à artilharia pesada todos os de calibre superior á este número.

Por seu turno, a artilharia pesada subdividia-se em artilharia pesada de campanha e artilharia de posição ou sitio.

Em publicações técnicas francesas encontrava-se também classificada a artilharia de campanha nas três categorias:

- a) Artilharia ligeira;
- b) Artilharia pesada;
- c) Artilharia de sitio.

Donde se depreende que a primeira classificação atinente a considerar a artilharia de campanha constituída só por peças de calibre inferior a 95 milímetros não deveria subsistir, por isso que a artilharia pesada e a artilharia de sitio, entre as quais se encontram peças de grandes calibres, são por outra classificação designadas como fazendo parte da artilharia de campanha.

Outras divergencias e anomalias se encontram na classificação do material de artilharia de diversos países, o que sobremaneira origina uma certa confusão não permitindo fixar idéas ou estabelecer doutrina, que torne mais compreensível o emprêgo e funcionamento dêsse material no combate ofensivo e defensivo, que é nosso intuito estudar como remate dêsse trabalho, atinente a acentuar sob o ponto de vista tactico, em especial, os ensinamentos derivados das operações da grande guerra.

Estas operações demonstraram por forma exuberante que a artilharia pesada pôde acompanhar perfeitamente a ligeira desde que foi encontrada uma solução prática, plenamente satisfatoria, ao problema da *mobilidade*, característica que vem imprimir à artilharia um cunho de extraordinaria importância.

É intuitivo que, para corresponder às exigências do combate moderno, todo o canhão ou bateria de campanha deve ser dotada da indispensavel *mobilidade*, a fim de se deslocar fácil e rápidamente, ou seja para ocupar uma nova posição onde as necessidades da luta exijam a sua presença, ou seja para se subtrair à acção do fogo adverso, ou quando os *aviões* inimigos tenham descoberto o local desenhado onde êsse canhão ou bateria está estabelecida.

O problema da mobilidade foi resolvido na última guerra com o emprêgo dos tractores e com o aproveitamento das linhas férreas, conseguindo-se assim que as peças mais pesadas tenham tanta mobilidade como o canhão ligeiro de campanha.

Para êsse efeito basta que as estradas e as condições gerais do terreno permitam a passagem dos tractores e se constroam vias férreas apropriadas por onde possa seguir o material da artilharia, montado sôbre plataformas, para as posições em que possa ser eficazmente aproveitado.

Mas, no meio da grande diversidade de canhões antigos e modernos empregados nos últimos anos da guerra, não é fácil subordinar a um princípio geral a distinção a estabelecer entre as diferentes categorias de material de artilharia a classificar; eis a razão porque não se constata ainda uma perfeita concordância nas classificações que aparecem nas publicações técnicas mais recentes, como é fácil verificar pelas divergências que em seguida assinalamos.

Assim em jornais da especialidade apresenta-se como racional e bem fundamentada a divisão do material de artilharia em quatro grupos distintos:

- 1.º Canhões de pequeno calibre (até 9 cm.);
- 2.º Canhões de médio calibre (desde 9,1 até 15,5 cm.);
- 3.º Canhões pesados de grande calibre;
- 4.º Canhões pesados da maior potência.

Outras publicações estrangeiras referem-se ainda a trabalhos sobre o mesmo assunto, que apresentam divergências sensíveis relativamente à classificação antecedente, visto persistir-se ainda na designação de artilharia de campanha para as peças de pequeno calibre.

São desta natureza os estudos do coronel Alvin e do major André, da artilharia francesa, que entendem dever ainda fazer-se a divisão do material de artilharia em duas grandes classes:

- 1.ª Artilharia de campanha;
- 2.ª Artilharia pesada.

Segundo este critério, na artilharia de campanha compreendem-se todos os canhões cujo calibre não excede a 9 centímetros; e na artilharia pesada os de calibre superior a 9 centímetros.

A artilharia pesada seria, por seu turno, subdividida em:
Artilharia pesada de campanha;
Artilharia pesada de posição.

Na classe da artilharia pesada de campanha ficariam compreendidas todas as peças, cuja característica diferencial da artilharia de posição consiste em poderem mobilizar-se pelos *seus próprios recursos*.

Pressupõe duas categorias:

- a) Baterias montadas que podem manobrar com idêntica mobilidade á da artilharia ligeira, ou seja com o peso da via-

tura inferior a 3500 kilogramas, puxadas a 6 ou 8 solipedes, com a velocidade de 6 a 7 quilometros á hora na cadencia de trote em estrada regular, e ao passo fóra da estrada, em terreno variado, para se estabelecerem na posição de combate.

São assim organizadas as batarias francesas de obuses de 12 a 15 centimetros, as de canhões antigos de 9,5 e as das modernas de 10,5 centimetros.

b) Batarias que só podem deslocar-se na cadencia do passo por estradas regulares até á posição de combate, com a velocidade de 3 a 4 quilometros por hora e com o pêso máximo de 6:000 kilogramas. Estão neste caso as batarias a pé francesas, que utilizam quer a tracção animal com 8 a 12 solipedes, quer a tracção mecânica por meio de tractores automoveis.

Pode ser empregado aproveitando qualquer dêstes dois meios de tracção, o seguinte material francês:

Canhão de marinha, calibre 10 cm. T. R.

Canhão antigo de 12 cm,

Idem idem de 15^{cm},3.

Idem de 15,5 Mod. 1914 e Mod. 1917 S.

Idem de 15,5 Mod. 1881-1912.

Morteiros antigos de 22 e de 27.

São só empregados utilizando os tractores:

Os canhões franceses de 15,5 G P F;

Idem » de 19,4 G P F.

Idem de 14,5 e 15,5 Mod. 1916.

Morteiro de 22 Mod. 1916 Schneider.

Morteiros de 22,4 Schneider, 24 e 28.

Considera-se *artelharía pesada de posição* aquella que não dispõe de elementos proprios de tracção e cuja mobilidade não permíte emprega-la em todas as circunstâncias.

Esta artelharía é modernamente designada por *artelharía pesada de grande potencia*, sendo constituida por material de costa, de marinha e de praça, em geral, de grande alcance.

Este material é ainda subdividido segundo a sua maior

ou menor mobilidade em diversos grupos, sendo os canhões montados em *vagons-truks* ou em plataformas de caminho de ferro, que lhes permitem mover-se quer pela via ferrea normal, quer pela via ferrea de 0,^m60, sendo neste ultimo caso o material susceptível de se decompor em diversas partes, que lhe facilitem o transporte.

Donde se depreende que a base fundamental da classificação feita pelos artilheiros franceses Alvin e André se filia no grau de *mobilidade* da artilharia, empregando-se para adquirir essa mobilidade a tracção animal, a tracção mecânica e a tracção a vapor.

Sem nos demorarmos mais na apreciação deste assunto, que os tecnicos competentes se encarregarão a seu tempo de esclarecer e definir convenientemente, passaremos a expôr, em harmonia com os ensinamentos derivados da ultima guerra, o emprego especial de cada uma destas categorias de artilharia no campo de batalha.

Idea geral sobre o emprego dos canhões de pequeno e grande calibre no campo de batalha

Os canhões de pequeno calibre empregam-se para contrabater a artilharia similar adversa.

A sua especialidade é o tiro de *contenção* para auxiliar um ataque ou para rechaçar um contra-ataque do inimigo, no que tem dado excelentes resultados quando se empregam projecteis carregados com gases.

Usando de granada explosiva tambem se empregam com vantagem contra os intrincheiramentos menos resistentes, executando, neste caso, o tiro de percussão.

Os canhões de pequeno calibre podem conseguir a neutralização da artilharia similar do inimigo, mas não destrui-la. Batem eficazmente as metralhadoras adversas.

A artilharia de trincheira emprega-se para o tiro proximo.

Entre os morteiros de trincheira, os franceses empregavam um modelo, que se descarregava por efeito de ar comprimido.

A execução do tiro sem estampido surpreendia o adversario, ocasionando-lhe perdas sem poder responder directamente, o que affectava sobremaneira o moral do atacante.

Os canhões de médio calibre,—artelharía pesada de campanha—, empregam-se, em geral, como contrabatarias e para a destruição das obras ligeiras de fortificação de campanha.

Cooperam com a artelharía de pequeno calibre no fogo de *contenção*, quer no ataque, quer na defesa, e com a artelharía de grande calibre,—artelharía pesada de posição—, no tiro de *barragem*, destinado a separar ou a isolar pelo fogo zonas de terreno diferentes, cobrindo com uma chuva de projecteis a zona que lhes fica intermedia, ou para separar as linhas avançadas do inimigo das mais atrasadas, batendo eficazmente o terreno intermedio, ou ainda para bater o terreno que separa a linha avançada amiga da inimiga.

A artelharía pesada de posição contrabate a inimiga, destruindo os seus pontos de apoio e soterrando as tropas nos seus abrigos.

A artelharía pesada de grande potencia, sendo em geral empregada para contrabater e destruir os objectivos que as outras artelharias não podem dominar, é especialmente indicada para bombardear localidades situadas á retaguarda das linhas adversas, destruir as obras de fortificação mais consistentes, assim como para bater as linhas ferreas, nós de comunicações, pontos e vias de reabastecimento, bivaques, parques de aviação e instalações de balões cativos.

Mercê da utilização do material das linhas ferreas, a artelharía pesada de grande potencia dispõe duma grande mobilidade, que lhe permite intervir no combate no momento oportuno, podendo retrogradar com relativa facilidade, a fim de se subtrair aos efeitos dum tiro regulado da artelharía similar contraria e escolher outra posição para, mais a coberto, prosseguir no combate.

O emprego desta artelharía faz levantar o moral dos combatentes, inspirando a maior confiança ás outras armas.

Os seus efeitos foram surpreendentes, influindo decisivamente em diversas operações da ultima guerra.

V

As metralhadoras

A grande guerra de 1914-1918 veio consagrar a importancia proeminente das metralhadoras no campo de batalha.

Este engenhoso instrumento de guerra revelou um tal poder de destruição das resistencias vivas em luta que, pela sua notavel eficiencia no campo da acção, veio determinar sensiveis, senão profundas modificações, nos processos tacticos das diversas armas e no complicado maquinismo do combate moderno.

Os alemães, depois das suas vitorias de 1870, dedicando-se com ardor incessante à preparação meticulosa e inteligente do seu formidavel poder militar, ao aperfeiçoamento progressivo dos seus aprestos guerreiros, chegaram á convicção de que a metralhadora aumentava consideravelmente a acção da infantaria no combate, podendo em alguns casos substitui-la com vantagem, o que permitia reduzir sensivelmente os efectivos desta arma, quer nas linhas defensivas reforçadas com todos os recursos da fortificação de campanha, quer nas frentes de ataque organizadas com os mais poderosos meios de acção offensiva.

Iniciando a guerra com um elevado numero de metralhadoras, que foram progressivamente aumentando em presença dos efeitos constatados, os alemães puderam manter a sua extensa linha da frente occidental com efectivos de infantaria relativamente pequenos, em quanto vibraram formidaveis golpes na frente russa, apoderando-se da Polonia, da Lituania e da maior parte da Curlandia e esmagaram com o auxilio dos seus aliados a Servia, o Montenegro e a Romenia.

No decurso da guerra havia-se demonstrado por uma forma exuberante, insofismavel, que uma metralhadora estabelecida em posição conveniente e manejada por mãos peritas, bem treinadas, podia defrontar-se vantajosamente com duas companhias inimigas e resistir ao embate dum batalhão de infantaria.

A precisão da metralhadora moderna é grande e o seu poder de destruição enorme.

Tão elevada importancia tem adquirido a metralhadora que, não só na Alemanha, mas ainda na França e na Inglaterra se crearam escolas especiais, onde se ministra uma instrução desvelada a oficiais e praças, de forma a obterem o conveniente treino no manejo ou funcionamento deste notavel aparelho de guerra.

A evolução da metralhadora

Sem remontar aos seculos XIV e XV em que principiaram a aparecer a denominada *massa de armas*, os trabucos multiplos e outros engenhos de guerra, que podem considerar-se os verdadeiros predecessores dos actuais modelos de metralhadoras, limitar-nos-emos a acentuar que a aparição da metralhadora moderna no campo de batalha foi assinalada na guerra da *secessão* da America (1860-65).

Antes dessa época, os modelos apresentados, pelo seu sistema de carregamento *ante-carga*, grande peso e deficientes condições balísticas davam resultados pouco satisfatorios, sendo por essas razões abandonados, até que os progressos da industria armeira permitindo fabricar modelos de calibre mais reduzido e isentos dos defeitos até então constatados, vieram assegurar á metralhadora um papel mais importante nas guerras do seculo XX.

No decurso da guerra da *secessão* apareceram nos Estados-Unidos variados modelos de metralhadoras, todos accionados á mão, pertencendo uns ao grupo denominado de *canos-fixos* e os outros ao grupo das metralhadoras de *rotação*.

Não eram ainda modelos suficientemente aperfeiçoados, que correspondessem ás previsões dos seus inventores; no entanto, já se obtiveram resultados sobremaneira lisonjeiros com o emprego dos modelos de Ricardo Gatting, de 4, 6, 8 ou 10 canos, que giravam em torno dum eixo, podendo disparar todos simultaneamente sempre que no seu movimento de rotação fossem levados a uma posição apropriada.

O carregamento e a execução do fogo obtida pelo accionamento á mão duma manivela, tornava muito fatigante o seu manejo.

Este modelo, cuja velocidade de tiro podia atingir 1000 tiros num minuto, foi muito empregado na ultima guerra carlista em Espanha (1872-76) e na guerra hispano-americana de 1898.

Outros modelos mais aperfeiçoados de metralhadoras foram aparecendo, embora se ressentissem ainda do inconveniente de serem accionados á mão.

Entre eles compreendiam-se as metralhadoras de canos fixos, sistema Reffy de 1867, empregado com pouco exito na guerra de 1870, as Stevens, Gardner e Nordenfelt; e as de rotação Nobel e Claxton, alem dos canhões revolvers Hotchkiss e Krup.

O problema das metralhadoras ficou, porem, satisfatoriamente resolvido pelo aparecimento da metralhadora de movimento automatico, inventada por Kiren Maxin, que utilizou os gazes de explosão para o funcionamento do mecanismo da culatra.

A metralhadora Maxin foi adoptada pelo governo inglês em 1889.

Segundo a forma porque o automatismo é obtido, as metralhadoras automaticas classificam-se em tres grupos distintos.

Pertencem ao 1.º grupo as que, como a Skoda e a Schwarlose, aproveitam a força dos gazes exercida sobre a culatra movel para a produção do movimento.

Fazem parte do 2.º grupo as metralhadoras que, como a Hotchkiss e a Colt, utilizam a mesma força directamente sobre uma peça que accione o mecanismo ou sobre um *piston* motor.

Devem ser consideradas no 3.º grupo as que, como a Bergmann e a Maxin, conseguem o movimento pela simples força do recuo.

Na grande guerra empregaram-se os variados modelos de metralhadoras aproveitaveis, porque as instantes necessidades da luta exigiam a utilização de todas as armas em disponibilidade.

No entanto, um dos sistemas de metralhadoras mais apreciados no principio da guerra, pelas suas condições balisticas e facilidade de manejo, foi o Maxin de que existiam diversos modelos distribuidos aos exercitos inglês, alemão, russo, americano, italiano, belga, e ainda ás forças de terra e mar de diversas republicas americanas.

Os ingleses além do modelo Maxim, empregaram ainda em mais larga escala a metralhadora ligeira Lewis e a metralhadora pesada Vickers, de 7^{mm},7, com refrigerante de água.

Estes dois últimos modelos de procedência norte-americana foram também distribuídos aos grupos de metralhadoras portuguesas que combateram na região de Armentières.

A metralhadora Lewis permite a execução do tiro simples ou do tiro de repetição, sendo este em rajadas de 4 ou 6 tiros.

A metralhadora Vickers, como todas as metralhadoras pesadas, além do tiro directo, pode executar também o indirecto, vantagem apreciável no combate por não denunciar ao inimigo o local donde parte o tiro.

Esta metralhadora com o refrigerante cheio de água pesa 17^{quil.},074 e o tripé em que assenta 21^{quil.},528. As fitas de carregamento contêm 250 cartuchos.

Podem carregar-se á mão ou por meio duma máquina especial que imprime maior rapidez a essa operação. A metralhadora Vickers pode ser transportada a dorso, ou em viatura rodada.

O exercito americano em França empregava principalmente as metralhadoras Colt e Vickers, ambas sobre reparos tripés.

No ultimo período da campanha foi-lhe distribuída a metralhadora Browning, modelo 1919, muito simples e resistente, permitindo uma grande rapidez de tiro. Tem refrigerante de água. O seu pêso é de 15, 628 quilogramas.

Dispõe duma fita com 250 cartuchos e atira sobre um tripé.

A resistencia desta nova metralhadora pode aferir-se pelo resultado de duas experiencias feitas.

Na primeira disparou seguidamente 39:500 cartuchos, sem o menor incidente; na segunda executou 20:000 tiros em 48 minutos e 16 segundos, sómente com tres falhas, devidas a cartuchos defeituosos.

A principal vantagem da Browning deriva da grande simplicidade do seu mecanismo; a culatra, por exemplo, não compreende senão cinco peças, o que representa uma incontestável superioridade sobre a metralhadora Vickers.

A metralhadora francesa, ao estalar a guerra, era do modelo de Puteaux ou de Saint-Etienne, disparando o cartucho

Lebel, mas, sobre a forte pressão das circunstancias, recorreu-se ao emprego do sistema Hotchkiss, modelo 1914, já experimentado pelas tropas colonias e das metralhadoras Colt e Vickers, modelo 1909, e ultimamente do sistema Chauchat, além da espingarda metralhadora, mod. 1915.

No exercito austriaco empregava-se a metralhadora Schwarzlose, modelo 1907, da fábrica Steyr, com o peso de 17^h,2 e o calibre de 8 milímetros, tendo o alcance de 2000 metros.

A fita de carregamento leva 250 cartuxos e a rapidez do tiro é de 400 por minuto.

Utiliza um resfriador de água.

Assenta sobre um tripé reparo para a execução do tiro.

O seu transporte realiza-se a dôrso.

Na Italia, além da Maxim alemã, foi empregado também com vantagem a metralhadora Perino, que dispõe de um carregador metálico com 25 cartuxos, podendo dar 500 tiros por minuto.

Tem um resfriador de água, sendo esta renovada sem se interromper o tiro.

O peso da metralhadora é de 25^{kg} e o do seu tripé 20^{kg}.

As metralhadoras são, em geral, protegidas por escudos ou chapas de aço bastante resistentes, de forma que só podem ser postas fóra de acção, quando atingidas por projecteis explosivos de alta potencia.

Não se deve confundir a metralhadora com o canhão revólver, como por vezes tem sucedido. A metralhadora é um engenho que lança um projectil não explosivo, isto é uma bala; ao passo que o canhão revólver lança uma granada, isto é um projectil explosivo.

O canhão revólver adoptado pelos franceses, sistema Hotchkiss, modelo 1879, era composto de 5 canos paralelos de calibre 40 milímetros, estriados cada qual com passo diverso, de maneira a assegurar a dispersão automatica dos projecteis, que consistem em pequenas granadas contendo 24 balas.

Dispõe de um reparo apropriado, inteiramente metálico.

Era muito utilizado pela marinha de guerra, tendo vantajosa applicação na guerra terrestre para o flanqueamento dos fossos da fortificação permanente ou provisória.

Espingardas metralhadoras e espingardas automaticas

Foram estas armas empregadas na ultima guerra, quer na luta de trincheiras, quer em outros combates da infantaria.

As espingardas metralhadoras são armas de tiro automático que, segundo o sistema, funcionam quer utilizando a acção dos gases de explosão, quer aproveitando a simples força do recuo.

Pertencem ao primeiro sistema a Lewis adoptada pelos ingleses e a Hotchkiss, empregada no exercito norte-americano sob a denominação Benet-Mercier.

No segundo sistema compreende-se, alem de outras a Parabellum e a Bergmaan, empregadas pelos alemães, assim como a espingarda metralhadora francesa, modelo 1917, que utiliza o cartuxo regulamentar 1886 D em carregadores de 20 cartuxos, permitindo o tiro simples ou o automático.

A guarnição desta ultima espingarda é constituída por 1 atirador e 2 serventes.

O primeiro transporta a arma, cujo peso é de 9,1 quilogramas, e 8 carregadores prefazendo 160 cartuxos; os 2 serventes conduzem os restantes cartuxos da dotação regulamentar, fixada em 1026.

As espingardas metralhadoras exigem menos munições e pessoal que as metralhadoras; são mais moveis, faceis de dissimular e podem com vantagem ser conduzidas pelos infantas.

O seu tiro executa-se apoiando a arma sobre uma forquilha. A precisão e o tiro são muito inferiores aos das metralhadoras automáticas, podendo servir para dar tempo a que estas cheguem ao campo da luta.

Em 1917 havia já na Alemanha 111 secções de espingardas metralhadoras, tendo cada secção 9 destas armas.

Algumas foram também utilizadas nos aeroplanos.

(Continúa).

ADRIANO BEÇA

General

Reorganização dos exercitos. Como está sendo encarada esta questão nalguns paises.

As condições actuaes do nosso exercito

Após a guerra, reconhece-se que os exercitos precisam sofrer grandes transformações na sua contextura e até na sua essência.

As idéas porêm baralham-se; não há um acôrdo sôbre as novas bases em que deve assentar o organismo militar; alguns optimistas chegam a afirmar que as nações não precisam ter exercito, pois a sua defesa será confiada à *Liga das Nações*.

Eis porêm que o marechal Foch declara perentoriamente — «que a tal *Liga* é uma bela concepção, um idealismo e nada mais». Em termos claros: é uma utopia. Nem podia deixar de ser assim. Quem dava sanção a qualquer resolução da Liga, quando surgisse um conflito entre quaesquer nações?

Um exercito constituido por contingentes fornecidos pelos diversos paises fazendo parte da Liga? Mas se o conflito fosse entre nações da própria Liga? Pois não é fácil de ver que um exercito assim constituido seria heterogêneo, uma verdadeira Babel? Pois não vemos que num momento de crise aguda é que o exercito britânico consentiu em ficar subordinado a um general francês? Não vemos que terminada a guerra na frente ocidental (pois ainda não terminou no Oriente) as nações aliadas não se entendem? Não vemos que a nação martir, a Bélgica, a quem se prometiam tantas compensações, está hoje quasi olvidada pelos aliados, que ontem manifestavam vibrantes declarações de amizade, e agora respondem com argucias diplomáticas e com fórmulas frias? Ora, como diz o marechal Foch, a segurança da França (e portanto de todos os paises) depende de garantias tangiveis, de factos, e não de teorias idealistas; isto é, cada nação deve confiar a sua defesa a si própria, e não às outras nações, e o órgão dessa defesa é o exercito.

Os exércitos são precisos, porque são o instrumento da guerra, e esta constitui (ainda que pareça um paradoxo) uma necessidade orgânica da própria humanidade. Assente, pois, que cada nação deve provêr à sua defesa, resta saber qual a melhor forma de tornar efectiva essa defesa, de ter um exército que melhor satisfaça ao fim a que é destinado, e de maneira a tornar menos onerosos os encargos que daí resultam. A primeira questão a resolver será a de fixar a forma de prestar o serviço militar.

O serviço militar deverá ser *voluntario*, ou *obligatorio*? Deverá haver em tempo de paz um pequeno exército, apenas para manter a ordem interna, ou um exército forte, pronto a ser rapidamente mobilizado e a entrar em acção?

A Italia fez sacrificios enormes com a guerra; o orçamento do ministério da guerra tendo aumentado consideravelmente, necessitava fazer economias, e contudo o general Albricci, ministro da guerra, julga indispensável aumentar o efectivo do exército com mais 6 divisões, o que dará lugar á criação de mais unidades, de mais generais, e mais material.

A Bélgica precisa ser reconstituída; contraiu enormes encargos; tem 15.000 viúvas de officiaes, às quais tem de dar pensões de sangue; tem mais de 40.000 inválidos da guerra, a quem também pensiona; e contudo vai aumentar o seu exército, confiando pouco nas convenções internacionais. O novo ministro da guerra, Mr. Janson, patrióta ardente e dotado de grande actividade, quer reorganizar o exército de maneira a constituir uma fôrça bem organizada, excelentemente dotado de material moderno, e bem preparado.

O exército atravessa, porém, uma crise, que nele se faz mais sentir que nas outras classes da sociedade. A carestia da vida torna insuportavel a existência dos officiaes. Apesar do pequeno aumento de vencimentos que tem sido dado em todos os países, esse aumento está em desproporção com o que tem tido tôdas as classes, descendo até aos mais humildes operários e trabalhadores. Na Bélgica e na Italia é grande o número de officiaes subalternos e até superiores, que tem abandonado o exército, para virem procurar situações mais rendosas na vida civil.

O *serviço voluntario* (de preferência ao *serviço obrigatorio*), que tem seduzido alguns espíritos, é não só pouco democrático (pois todo o cidadão tem o *dever* de se preparar para melhor se encontrar em condições de defender a Pátria), mas ainda não permite constituir um exército numeroso, forte e disciplinado.

Ter-se-à, pois, de recorrer ao *serviço obrigatorio*. Como deverá ser satisfeito êste serviço de maneira a perturbar o menos possível a vida civil, isto é, a manifestação da actividade industrial, comercial, literaria, etc., da sociedade?

A êste respeito há certas divergências. O coronel suíço Sarasin quere—um exército sólido, com serviço geral e obrigatorio, mas económico. Como se podem conciliar tais condições? É evidente que as difíceis condições económicas em que se encontram hoje todos os países tornam o custeamento dos exércitos mais oneroso, que antes de 1914, para um mesmo efectivo. É mais cara a alimentação, o fardamento, o equipamento, o armamento e o diverso material de guerra.

O coronel Sarasin calcula que o exército suíço custará anualmente 80 a 100 milhões de francos; mas reconhece que a situação financeira da Confederação não suportará um encargo superior a 40 milhões.

Então propõe uma redução no contingente a instruir e uma redução nos vencimentos dos que passam pelas fileiras para receber a instrução mínima indispensável, pois os cidadãos não veem *assoldados* prestar o serviço militar, mas sim cumprir um dever cívico. Pelo contrário, os que são obrigados a permanecer mais tempo nas fileiras para constituir os quadros, e tendo maiores responsabilidades e maior preparação, devem ter vencimentos maiores, tanto os sargentos como os officiais. Dever-se-à, porém, trazer às fileiras só homens sãos e fortes, pois os não valores só servem para aparentemente aumentar a fôrça numérica do exército e as despesas. É preciso ainda diminuir o número de unidades no pé de paz, para ter unidades com effectivos fortes, melhor equipadas, melhor instruidas e melhor dotadas com todos os elementos mate-

riais para fazer a guerra. É preciso ter um exército verdadeiramente moderno, pois um exército que não é dotado com todo o material moderno, é incapaz de entrar em luta com outro modernamente organizado.

Propõe o coronel Sarasin que, terminada a escola de recrutas, os soldados sejam convocados anualmente e durante 4 anos sucessivos a escolas de repetição, ficando desde então dispensados do serviço, excepto das convocações de mobilização. Os soldados de cavalaria teriam porém 7 ou 8 escolas de repetição. Os sargentos ainda um maior número. Os oficiais seriam convocados: os subalternos, até aos 29 anos; os capitães, até aos 35; os maiores, até aos 40.

As tropas de *elite* compreenderiam os homens até aos 30 anos; a *landwehr*, os de 30 aos 40; a *landsturm*, os homens de 40 aos 45 ou 48.

As tropas da *landwehr* não as julga em condições de constituir tropas de combate nas primeiras operações, devendo antes ser consideradas como tropas de reserva, para reforçamento, ou para os serviços de retaguarda.

— Propõe ainda que os *batalhões* tenham 3 companhias de fuzileiros e uma companhia de metralhadoras; e que as divisões sejam constituídas com: 3 regimentos de infantaria, 1 esquadrão de cavalaria, 3 grupos de baterias de art.^a de campanha e 1 grupo de obuzes, 1 batalhão de engenharia, um grupo de parque, 1 grupo sanitário e 1 grupo de subsistências.

O exército compreenderia 8 divisões, sendo 2 ou mesmo 4 de montanha. E a companhia, diz o capitão Fuldon, não deverá ter mais de 140 espingardas, repartidas por 4 secções, contando-se para a mobilização com 200.

Os oficiais tanto da elite, como da *landwehr* devem receber uma instrução completa, sendo estes últimos convocados periodicamente com as tropas da elite.

— Os vencimentos dos oficiais devem se regulados pelas condições de preparação e de trabalho que se lhes exige em comparação com as carreiras civis.

Os sargentos devem também ser melhor remunerados e conceder-se-lhes maior consideração; isto é, melhorar a sua situação material e moral.

— Completando, por assim dizer, as idéas do coronel Sa-

rasin expõe o major Vallière a necessidade de tornar completamente independente a *escola militar* de Zurich, que desde 1911, foi destinada a ministrar a instrução aos instrutores das armas combatentes, imprimindo-se uma outra feição à *Secção das sciencias militares* da Escola politécnica. Aquela escola «fornece aos futuros instrutores a base científica, que é necessária á sua missão, e que lhes permitirá mais tarde, por seus próprios meios, completar a sua cultura intelectual.» O major Vallière é da opinião que a escola militar deve ser completamente separada da Escola politécnica, tomando um character mais militar, e onde os alunos sejam sujeitos a um regime militar, onde adquiram habitos militares e formem o seu character, sem que isto implique de forma alguma a constituição de uma *casta militar*. Tal escola deveria ter em vista formar instrutores e educadores, tirando-se-lhe o character duma *academia de guerra*, pois os *altos estudos militares* devem antes ser destinados aos officiaes superiores. Considera o mesmo official como uma utopia pretender que uma escola destinada a preparar e formar officiaes subalternos tenha o character duma universidade, correndo-se assim o risco de fazer crer aos alunos que saem dali uns sabios.

Antes se deverá dar grande desenvolvimento à *táctica aplicada*, à *história militar*, à *história nacional* e *geografia* do país, pois torna-se indispensável conhecer as tradições e a lenta evolução das instituições.

Afirma o mesmo official que não ha recer que o corpo de officiaes possa constituir uma casta, como alguém assegura, o que constitue uma especulação política, por isso que os officiaes são recrutados em todas as classes da sociedade e a sua pouca permanencia no serviço torna impossivel a formação duma *mentalidade* especial.

Outros suiços, como aponta o coronel Vuilleumier, chefe de E. M. da 1.^a divisão suiça, querem um exército democratizado ao extremo, suprimindo-se quasi todas as penas disciplinares, assim como os distintivos da hierarquia militar.

Emfim, na Suiça não existe harmonia nem acôrdo, relativamente ás questões militares que neste país se agitam. Uns querem um exército reduzido; outros um exército numeroso.

Os primeiros, justificam o seu critério, alegando a necessidade de grandes economias; os segundos, como o coronel

Lecomte, afirmam que um exército de efectivo muito reduzido de nada serve, e com tal sistema não se pode generalizar a obrigatoriedade do serviço. Tal é o estado da questão na Suíça. Vejamos noutros países.

Se passarmos agora a examinar o que se está dando na França, veremos que também se encontram em conflito duas principais correntes de opinião: uns, querendo manter a actual organização, apenas com algumas ligeiras modificações; outros, querendo grande redução no efectivo do exército e no tempo de permanencia nas fileiras. Ambos os partidos defendem as suas idéas com encarniçada energia, violentamente mesmo, manifestando-se egoísmos, invejas, odios, que causam verdadeira surprêsa, pois seria natural que, após uma guerra tão cruenta, tão dolorosa, em que a França esteve à beira do abismo, a *união sagrada* se mantivesse largo tempo, pelo menos enquanto sangrassem as feridas abertas pelo estrangeiro; mas, como diz Emilio Monceaux, nunca se viu tão profundo anti militarismo. Ha quem pretenda derruir todo o edificio militar para reconstitui-lo sobre bases novas, não se lembrando que o período de reconstrução é longo, e que durante ele se produz uma verdadeira crise.

Só homens dominados por um verdadeiro egoísmo podem alimentar tais doutrinas.

As discussões vão tomando mesmo uma feição pessoal, e são generais ilustres, ou políticos de nomeada que se assacam as mais violentas diatribes, dando assim um exemplo desmoralizador. A propósito da *batalha do Marne* muito se tem mal-sinado chefes militares ilustres. E enquanto se levantam a tal respeito violentas discussões, é posto em segundo plano o assunto de maior interesse, que era a reorganização do exército, segundo as lições da grande guerra.

Contudo o novo ministro da guerra, Mr. André Lefèvre, antigo presidente de Concelho municipal de Paris, está animado dum espirito reorganizador, tendo começado pelo Alto comando e pelo Concelho superior de guerra.

Como presidente deste Conselho, foi nomeado o marechal Petain, que será portanto o futuro generalissimo, tendo como major general o general Buat, a quem se deve uma parte das vitorias de 1918 e que ultimamente tem publicado na «*Revue*

des Deux Mondes» uma série de artigos, apreciando as recentes *Memorias de Ludendorff*. O novo major-general começou por substituir quasi todo o pessoal superior do Estado maior general.

No parlamento alguns projectos de lei teem sido apresentados, como o de *Mr. Renaudel*, em que se reduz o tempo de serviço a 8 meses, podendo mesmo ir até 4, e sendo os reservistas convocados por 4 periodos de 15 dias; o contingente anual seria reduzido de modo a ter anualmente um efectivo de 100.000 homens, numero que o autor do projecto considera sufficiente para a cobertura da fronteira, pois admite que a Alemanha não poderá ter maior efectivo.

Reduzindo o numero de officiais e sargentos do quadro permanente, recorre ao aumento de officiais de *complemento*. Estes officias seriam recrutados entre os homens dos contingentes com um certo numero de habilitações, os quais no fim de 2 meses de serviço fariam um exame, e os aprovados serviriam um mês como sargentos, estariam 2 meses numa escola, e prestariam serviço os 3 meses restantes como *aspirantes*, sendo então nomeados alferes no momento de licenciamento. Estes officiais seriam depois chamados a 4 periodos de tirocinio, e seriam encarregados de ministrar a instrução militar preparatoria.

Desta forma a massa dos officiais, no caso de uma mobilização, seria constituida por estes individuos com uma instrução militar deficientissima.

Mr. Renaudel parte do principio que os rapazes nas diversas escolas vão recebendo a necessária educação fisica e militar e que portanto só virão às fileiras para completar essa instrução; mas quando é que se poderá contar com os homens nessas condições? O projecto será portanto posto de parte.

Contudo a tendência da redução do tempo de serviço vai-se generalizando, e ninguém já se lembra que foi a chamada *lei dos tres anos* que salvou a França em 1914 de um completo desastre. O general Lacroix perconiza a duração do serviço de 15 meses, assim como muitos outros officiais.

Uma outra inovação do projecto Renaudel era a introdução do elemento civil nas unidades e nas secretarias, desempenhando os serviços sedentários, para não ser desviado ninguém das fileiras. O serviço de saude e o serviço veterinário,

seriam desempenhados, não por oficiais dos quadros das unidades, mas como serviço de guarnição. Os altos estudos militares seriam professados em cursos de um ano, e ministrados em campos militares, onde concorreriam os maiores e tenentes-coroneis.

Ainda há uma inovação, que muito tem sido ridicularizada: Era a redução do curso da Escola superior de guerra a um ano, sendo a escola transferida para um campo. Tal projecto obedece antes a fins politicos que militares.

A *Holanda*, país neutral, em vez de reduzir o seu exercito, quer pelo contrário elevar os seus efectivos e dar-lhe mais consistência, pois não tem confiança alguma na Liga das nações, e prevê mesmo uma proxima guerra. Não querendo entrar numa futura guerra, reconhece contudo a necessidade de dispôr de um exercito em condições de fazer respeitar os seus direitos no caso de um conflito entre nações suas confinantes. Um official do exercito holandês, Mr. Brouwer num artigo publicado no *Militaire Spectator*, propõe:

1.º — Que seja adoptado o serviço militar obrigatorio e pessoal;

2.º — Supressão da landwehr, sendo os 25 anos de serviço distribuidos por 12 anos na milicia e 13 na landsturm.

Em tempo de guerra a *Holanda* disporia de 6 corpos de exercito a 4 divisões. Cada divisão teria: 3 regimentos de infantaria a 3 batalhões de 4 companhias, 1 regimento de artilharia de campanha com 3 grupos de 3 batarias a 3 peças, 1 batalhão de artilharia pesada com 3 companhias, 1 companhia de sapadores e 1 companhia do trem e os serviços correspondentes. Seriam suprimidas as brigadas.

No tempo de paz o batalhão de infantaria teria 3 companhias; seriam constituídas 6 divisões, em logar de 4, que há actualmente; em cada divisão seria constituído um batalhão escola com o efectivo de pé de guerra.

Na *Holanda* há uma grande corrente para que seja augmentado o efectivo do exercito, dotando-o com mais poderosos meios de acção, apesar disto exigir um augmento de despesas.

Na *Italia* também, havendo receio de um conflito armado por causa da questão do Adriatico, o efectivo do exercito foi aumentado. Há porém quem exija uma redução no orçamento da guerra, e portanto uma redução de efectivos, travando-se a tal respeito acesas discussões. Todos reconhecem a necessidade de uma reorganização para substituir, o que tem sido provisório, por uma organização definitiva em harmonia com as lições da ultima guerra. O problema da reorganização militar foi apresentado e agitado como arma politica antes das eleições; mas, efectuadas estas, a questão apresenta-se mais difficil de resolver, atendendo à constituição das camaras, nas quais entram dois grupos importantes com idéas diametralmente opostas: os socialistas e os catolicos. No que todos estão de acordo é que há necessidade de uma nova organização militar. A questão financeira será a determinante da nova organização. É preciso um exercito barato, dizem os socialistas; é preciso um exercito capaz de se impôr às ambições desregradas das nações inimigas da Italia, clamam os militaristas. O proprio ministro da guerra afirma que de futuro o serviço militar deve ser mais universal e mais imperioso que no passado.

A guerra, dando logar a uma extraordinaria aceleração de promoções (há generais de brigada que ainda há 4 anos eram capitães do Estado Maior), criou grandes interesses e ambições e por isso uma grande massa de officiaes opõe-se a que haja redução de quadros.

O ministro da guerra procurou reduzir o numero de officiaes superiores supranumerários, mas adoptou uma medida que sai cára ao Estado, pois permite a passagem à reforma aos officiaes que assim o desejem com todos os vencimentos de efectividade.

Os militaristas italianos consideram da maxima urgencia aumentar os efectivos do exercito no pé de guerra, e para isso querem que a obrigação do serviço vá até aos 50 anos de idade. O exercito de 1.^a linha deveria ser constituido com 16 classes; o exercito de 2.^a linha com 10 classes; e as ulti-

mas 5 classes, assim como os homens das outras classes com menor aptidão física, seriam destinados aos serviços auxiliares e guarda no interior do país. É assim que contam pôr em armas um exercito de 1.^a linha com um efectivo de 3 milhões de homens e um exercito de 2.^a linha com 1 milhão, ficando ainda outro milhão para os serviços auxiliares e para manter a ordem no país.

Para ministrar a instrução a um contingente, que absorva a massa dos homens validos da nação, torna-se necessario, como medida economica, reduzir o tempo de serviço nas fileiras, o que dificulta a *educação militar* do soldado, tão necessaria para ter exércitos fortes. Os proprios socialistas reconhecem a necessidade de iniciar a educação militar na familia e na escola, robustecê-la na sociedade e completa-la nas fileiras. No fundo os proprios socialistas são militaristas, reconhecem a necessidade da *nação armada*.

Se, pois, a nação reconhecesse a necessidade de se preparar para a defesa, e a educação militar começasse na familia e na escola, o tempo de serviço nas fileiras seria o indispensavel para a instrução individual e colectiva, para ter um nucleo de forças destinadas à cobertura da fronteira e para assegurar a ordem no interior do país. Na Italia considera-se como efectivo minimo para estas necessidades uns 220.000 homens, números redondos. Como duração minima consideram suficiente a de 9 meses para a infantaria, 12 meses para os condutores de artilharia e 2 anos para a cavalaria, devendo a infantaria ser convocada para 4 escolas de repetição e a cavalaria para 2, e isto não só com o fim de completar a instrução dos homens, mas ainda dos quadros, acostumando-os a comandar efectivos de guerra.

Os italianos reconhecem a necessidade de uma cavalaria bem organizada, assegurando que esta arma prestou importantes serviços na recente guerra, tanto no começo das hostilidades, como quando recomeçou a guerra de movimento, apontando o importante papel da cavalaria italiana na retirada do Caporetto, na perseguição de Vittorio-Veneto, em Frioul e na marcha sôbre o Isonzo.

Portanto, numa guerra futura a cavalaria, dotada com meios materiais modernos (auto-peças, auto-metralhadoras,

aviões, T. S. F., ciclistas, etc.) será chamada a desempenhar um papel importante.

Como complemento da organização militar pensa-se na Italia na mobilização industrial, de maneira que seja assegurada uma produção mensal de 400 a 500 peças de artilharia e de 4 a 5 milhões de projecteis.

Como final, debate-se ainda a questão dos graus hierarquicos no generalato, advogando-se a conservação do posto de brigadeiro general, criado provisoriamente em 15 de junho de 1918, e depois confirmado por um decreto. Ficaria havendo desta forma 3 graus no generalato: brigadeiros-generais, majores-generais e tenentes-generais.

*

* *

Na *Belgica* há também uma grande preocupação em reorganizar o exército, pois o que se organizou durante a guerra não obedeceu a um plano previamente estudado, mas foi resultado das circunstâncias ocasionais.

Qual será, porém, a base da nova organização? Aqui as opiniões dividem-se, e muitos esquecem-se do que sofreu a Belgica durante a guerra, e das graves consequências resultantes da opposição que antes de 1914 se fez às reformas militares. A questão mais vital é a que se levanta relativamente à duração do tempo de serviço. Apesar de se querer manter o principio do serviço obrigatorio, propõem-se porém um tal número de excepções a êsse principio, que se torna assim illusorio, procurando-se dispensar do serviço os professores, ecclesiasticos, estudantes de medicina e de engenharia, etc.

Não se comprehende que se considere como pesado encargo o distrair 2 anos de uma carreira civil para vir nesse período fazer a preparação necessaria para a defesa da Pátria, ainda há pouco saída da escravidão!

É preciso fazer economias, e estas devem começar pelo exército, declaram alguns anti-patriotas, e por isso não consentem que os vencimentos dos officiais e sargentos sejam elevados de modo a fazer face às enormes carestias da vida, quando em todas as classes êsses vencimentos foram aumentados, e daí tem resultado que um grande número de officiais

e sargentos tem abandonado o exército, porque encontram nas industrias e no comércio uma maior remuneração e sem tão grandes responsabilidades.

Contudo a maioria da nação segue com uma atenção um pouco nervosa a feição que vão tomando as questões internacionais, e o povo compreende que só tem a contar consigo, confiando pouco dos auxilios e garantias das nações aliadas.

Compreendem a necessidade dum exército forte para manter a integridade da Pátria e reconhecem quasi todos que a duração do tempo de serviço não pode ser inferior a 2 anos, para que se não possa renovar a catastrophe de 1914. Fala-se muito e advoga-se com entusiasmo que se organize uma federação militar defensiva, de todos os estados, do Mar aos Alpes.

Seja como fôr, os espiritos estão pouco calmos e uma nova guerra encontraria o povo belga um pouco ceptico e descrente.

Em conclusão, reconhece-se em todos os países a necessidade de reorganizar os exércitos, dando-lhes os meios de acção que a recente guerra tanto pôs em evidência; sentem todos a necessidade de democratizar o serviço militar, estabelecendo de uma maneira insofismavel o principio do serviço geral e obrigatorio; não é posta em dúvida a necessidade de ter quadros bem instruidos e um nucleo de fôrças organizadas desde o tempo de paz para fazer face a qualquer eventualidade interna, e a servir de sólida cobertura na fronteira para permitir a mobilização e concentração de todas as fôrças que uma nação pode pôr em armas; concordam todos em que é preciso aumentar os vencimentos de officiaes e sargentos dos quadros permanentes, aproximando-os dos vencimentos que se dão nas carreiras civis; sente-se que para ter um exército forte moralmente, é necessario fazer a educação civica das populações de maneira que todos reconheçam como o mais sagrado dever civico a preparação militar para a defesa da Pátria.

Se nós examinássemos desapaixonadamente o que se passa no nosso país, e reparássemos qual a situação do nosso exército, sentiríamos uma cruciante dôr ao ver que o exército, apesar de custar tão caro, não satisfaz às condições de um exército moderno, nem pode rapidamente fazer face a qualquer ataque externo.

Que fôrças estão destinadas à cobertura da fronteira? Como está feita a distribuição das guarnições? De que material moderno dispomos? Como tem sido organizada a nossa rêde ferro-viaria para facilitar a mobilização, a concentração e o deslocamento rápido de fôrças de um ponto para outro do país? Em que estado estão as nossas estradas para nelas fazermos circular numerosos comboios de automoveis para o transporte de homens, munições, viveres, etc.? Repare-se no seguinte facto: a maior densidade da população está no Norte do país, e o centro da defesa principal está ao sul. Bastava isto, e o facto da pouca profundidade do nosso país no sentido Este-Oeste, para termos no tempo de paz uma forte cobertura na fronteira Este e uma bem organizada linha de comunicações.

A quem atribuir um tal estado de cousas? Não são criminosos de alta traição à Pátria os que teem contribuido para esta lastimosa situação? Pense-se, pois, mais a sério na defesa da Pátria, cortem-se superfluidades, sufoquem-se egoísmos e ambições desmedidas, pois se tem pensado mais em acelerar promoções, do que em robustecer o exército, e bem merecerão da Pátria os que tiverem a coragem de cortar fundo em tantos abusos e tratarem de organizar o exército, ainda que reduzido em tempo de paz, de modo a ser forte, disciplinado, instruído, alheio a diatribes politicas, e pensando cada um só no cumprimento dos seus deveres profissionais.

V. CESAR.

Estudo de um regulamento de expedições coloniais

Na organização de expedições coloniais, os factos teem mostrado haver necessidade de uma codificação de principios, regulamentando os trabalhos preparatorios, com o fim de obter melhores garantias de metódica execução e definir o que seja julgado indispensavel para alcançar o successo das dispendiosas expedições, opondo assim, por ventura, um razoavel limite às faltas de preparação derivadas da urgencia, com que, em regra, teem sido precipitadamente improvisadas as nossas expedições coloniais.

De facto, as nossas expedições coloniais teem marchado com uma preparação rudimentar, muita vez, sem os indispensaveis elementos para conservarem sequer um regular estado sanitario, quanto mais, suficientemente preparadas para dominarem um incerto adversario.

No passado, as nossas sobrias e pacientes tropas desconheciam os relativos confortos usados por outras nações coloniais, hoje, que por varias circunstancias temos combtido na vizinhança de tropas da nação colonial mais poderosa, o inevitavel confronto, tornando evidente o grande número das deficiencias, faz nascer um desanimo, que é necessario evitar, dotando as tropas com o maior número de recursos para elas corresponderem à sua ardua missão, no futuro mais difficil, porque a atenção dos estrangeiros estará cada vez mais atenta sobre a nossa administração colonial, cujo prestigio ficaria abalado com qualquer insuccesso.

E se bem que haja nos nossos arquivos coloniais documentação abundante de sufficiente competencia, provando não terem sido ignorados os ensinamentos da nossa secular experiencia colonial, certo é, nada haver ainda regulamentado ácerca de uma metódica preparação de tropas expedicionarias, para as contingencias militares das nossas numerosas e diversas colonias.

Confirmando o que dizemos, vem citado, nos *Estudos sobre as províncias ultramarinas* de Andrade Corvo, a páginas 30 do 2.º volume, um curioso documento encontrado na Torre do Tombo, onde os principios de organização hoje reconhecidos, já veem definidos, para a primeira expedição militar colonial regularmente organizada às minas de ouro de Manica, na fôrça de 650 homens, formando quatro companhias, com artilharia e 25 carros, sob o comando de Francisco Barreto, expedição que foi embarcada em 16 de Abril de 1569 e desembarcada em Moçambique em 16 de Maio do ano seguinte, onde se lhe juntou uma quinta companhia constituída por Goaneses e indigenas. Para evidenciar a actualidade que ainda apresenta esse documento na veracidade dos seus principios, basta transcrever o seguinte trecho para mostrar o cuidado necessario para preparar uma expedição colonial, que então se referia á Zambezia: — «A terra posto que eu a tenha por sadia, todavia é necessario que para gente solta se lhe previna primeiro locais em que habitem, armazens donde comam, munições com que ofendam. E isso tudo não pode ser nunca junto, pelo que seria de parecer, que a pessoa a quem se elegeisse para essa emprêsa, neste primeiro ano não tratasse mais, que dispor as cousas e ordena-las de maneira, que no segundo ano enchesse todas essas casas de tudo o necessario, para quando no terceiro ano se levassem os soldados para esta conquista, não morressem à mingoa, faltando-lhes o remedio, porque nesta paragem tendo a gente farta e sã, com pouca se pode fazer muito.»

Mas não só da glória dos antepassados se pode orgulhar a nossa história colonial, porquanto contemporaneamente sobre o assunto da preparação de expedições coloniais, são exemplares os trabalhos publicados nas páginas da *Revista Militar* de 1905, pelo falecido Major do Corpo do Estado Maior, Eduardo Costa, e podem honrosamente ser colocados a par dos melhores apresentados pelas nações coloniais mais adeantadas. Estes modelares trabalhos tratavam porem do caso de uma expedição ao Sul de Angola, e conveniente se torna regulamentar na generalidade as nossas provaveis expedições.

Necessario e oportuno se nos afigura ainda este estudo, porquanto pretendendo-se agora remodelar a organização do

nosso Exército metropolitano com os ensinamentos colhidos na recente guerra, prudente será que essa organização atenda à cooperação a prestar ao exército colonial, considerando as indicações da experiência das contínuas expedições enviadas às colônias, onde muita vez se improvisaram telegrafistas, artilheiros, metralhadores e infantaria montada, como sucedeu em 1916 na África Oriental.

Já anteriormente, o espírito prático dos ingleses, tinha consignado nos seus regulamentos de campanha, a organização de uma força expedicionária, parecendo ser esta feição aquela que se torna conveniente estudar para o nosso exército metropolitano, em coerência não só com os princípios em que se fundamenta a Liga das Nações, como também com os ensinamentos da experiência adquirida nas campanhas coloniais portuguesas.

Se portanto organizássemos no exército metropolitano uma força eficiente expedicionária, uns poucos de problemas seriam incidentalmente resolvidos, tais como: o da instrução com tropas, que foi a nossa mais importante lacuna na última campanha; o problema da ordem pública, o qual não deve excluir o exército, que depois da polícia e Guarda republicana, constitui uma terceira modalidade, complementar para uma acção violenta da força pública; evidenciando ainda também essa força expedicionária, a utilidade do exército metropolitano, posta em duvida por partidos políticos radicais, porquanto todos teriam interesse na applicação dessa força para a manutenção das colônias, indispensaveis à nossa existência.

O plano com que foi elaborado este *Estudo de um Regulamento* é definido pelos titulos indicados no indice, procurando constituir um enquadramento tanto quanto possivel elastico, para ser adaptavel às diversas circunstâncias, que se podem apresentar nas nossas diferentes colônias. No desenvolvimento deste trabalho dispuzemos o texto do Regulamento paralelamente com a sua justificação, citando nesta os exemplos que apresentem uma realização prática e adequada aos nossos minguados recursos.

O método adoptado subordinou-se à divisão do trabalho, facultando a necessaria iniciativa e orientando a convergência de esforços numa unidade de doutrina, que só por si

justificaria a vantagem do Regulamento, mantendo o espirito de continuidade, de que tanto carecem as nossas organizações.

Os principios que articulamos no Regulamento são simples e assimilaveis, velhos e conhecidos já de alguns seculos, como o documento acima citado, mas descurados pela imprevidência na paz, e improvisados na guerra, mais dispendiosamente, como prova a experiência, nunca desmentida, porém sempre esquecida.

O Regulamento convem que seja considerado dividido em três partes: *Organização, Administração e Tactica*, por cada uma delas corresponder a especiais elementos de execução e também poder facilmente ser renovada independentemente das outras partes.

Mais ainda a experiência recomenda, que as partes relativas à Administração e à Tactica sejam especialmente estudadas, para as particulares circunstâncias de cada campanha colonial, convindo que as disposições destas importantes partes do Regulamento sejam impressas em portateis folhetos, largamente distribuidos pelos quadros, para se instruirem e habilitarem nas particularidades da campanha.

Neste Estudo que apresentamos sómente trataremos da primeira parte do Regulamento, dando a seguir o plano da elaboração deste trabalho.

TÁBOA DOS TITULOS

Primeira parte — Organização

TITULO 1.º — *Comando.*

Plano da expedição.
Nomeação do comando.
Chefes subordinados.

TITULO 2.º — *Tropas.*

Tropas europeias.
Tropas indigenas.

TITULO 3.º — *Linhas de comunicação.*

Direcção de Etapes.
Organização de Etapes.

TITULO 4.º — *Transportes.*

Transportes maritimos.
Transportes terrestres.

TITULO 5.º — *Reforços.*

Reforços immediatos.
Marcha dos reforços.

TITULO 6.º — *Reabastecimentos.*

Reservas immediatas.
Planos de reabastecimentos.

TITULO 7.º — *Ligação dos serviços militares e civis.*

Administração, Policia, Espionagem.
Vias de comunicação.
Correios e Telegrafos.

TITULO 8.º — *Ocupação da zona de operações.*

Constituição das autoridades locais.
Vantagem da fôrça pública escalonada.

I.^a PARTE—ORGANIZAÇÃOTitulo I.^o — Comando

Plano da expedição

ARTIGO 1.^o — O plano da expedição estuda as condições prováveis em que a guerra será dirigida constituindo a base para uma metódica preparação, coordenação e convergência de esforços no desenvolvimento de uma campanha colonial, devendo compreender:

a) — Instruções do Governo definindo ao Comandante da expedição o seguinte:

1.^o — Competência disciplinar;

2.^o — Atribuições administrativas;

3.^o — Atitude política interna e de relações internacionais;

4.^o — Directiva para o prosseguimento das operações;

5.^o — Ligação com os serviços navais e com outros de relativa independência.

b) — Informações organizadas no Quartel General da Colonia, esclarecendo os seguintes pontos em relação á zona de operações:

1.^o — Resumo geográfico e histórico local;

2.^o — Relatório expondo a situação militar;

JUSTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS 1.^o A 3.^o—O plano de uma expedição colonial, sendo elaborado na metropole com informações recebidas do Quartel General da Colonia, tem o inconveniente dessas informações poderem perder a oportunidade, mas tem a vantagem primacial, de definir praticamente a coordenação e convergência de esforços da colonia e da metropole, estabelecendo metódica ligação dos elementos chamados a contribuir para alcançar os objectivos da expedição.

Na organização do plano da expedição ficam divididos os trabalhos e as responsabilidades, por tres elementos competentes cuja iniciativa tem campo aberto para larga applicação, podendo mais ainda as repartições, que são permanentes no Ministerio das Colonias e nos Quartéis Generais das Colonias desde já elaborarem trabalhos preparatorios sobre diferentes zonas de operações, ou pelo menos compilar os ensinamentos das nossas campanhas coloniais, o que já seria um trabalho muito apreciável, porquanto com frequencia as rebeliões indigenas se repetem na mesma zona de operações, enquanto o terceiro elemento, o Quartel General da expedição completaria os trabalhos.

O relatório a elaborar pelo Quartel General da Colonia expondo a situação militar da zona de operações será orientado pelo primoroso trabalho do Major Eduardo Costa

3.º — Reconhecimentos militares correspondentes á zona de operações, linhas de comunicações, transportes, recursos iniciais e periodicos para reabastecimento das tropas;

4.º — Informações sanitarias sobre a zona de operações e recursos mobilizaveis da Colonia capazes de contribuir para a organização do serviço de saude, desde a zona de operações até á repatriação das tropas;

5.º — Informações sobre os serviços veterinarios e de remonta, que tenham utilidade local;

6.º — Reconhecimento especial sobre a base maritima das operações, incluindo condições para promover o seu desenvolvimento de recursos militares;

7.º — Resumo do vocabulario e fraseologia indigena.

c) — Disposições organizadas no Ministerio das Colonias definindo:

1.º — Recursos que a Colonia entrega á disposição do Comando da expedição;

2.º — Recursos complementares a cargo da metropole, que o Ministerio das Colonias entrega á disposição do Comando da expedição, no inicio das operações;

3.º — Recursos posteriormente enviados, periodicamente

publicado na *Revista Militar* de Novembro de 1905, com o seguinte questionario:

1.º — De que meios de guerra dispõe o adversario?

2.º — Com que energia fará o adversario a guerra?

3.º — Que opinião formará o inimigo dos nossos meios de acção e da nossa força de vontade?

4.º — Que meios empregará o inimigo?

5.º — Que meios precisaremos empregar para vencer tais adversarios?

6.º — Que perigo haverá ainda a juntar aos outros, se não se apreciou no seu justo valor, as forças e os meios do adversario, ou se, pelo contrario, se exagerou o valor da nossa propria força militar?

Mais ainda o questionario apresentado a paginas 943 da mesma Revista, pelo malgrado official, completamente esclarece a natureza das informações locais, que seria conveniente obter acerca do adversario.

mente, ao Comando da expedição, sem ser necessário requisição;

4.º — Determinações acerca da realização dos transportes marítimos.

d) — Processos organizados pelo Quartel General do Comando da expedição contendo:

1.º — Mapas e informações com os detalhes correspondentes ao determinado no Regulamento dos Quartéis Generais, para a entrega de um Comando;

2.º — Projecto de operações imediatas;

3.º — Instruções a determinar ás tropas e serviços;

4.º Planos de instrucção;

5.º — Propostas com os planos de distribuição dos serviços, reabastecimentos e evacuações, elaborados pelos chefes de serviços do Quartel General;

6.º — Ante-projecto de occupação da zona de operações;

7.º — Estimativa da despesa da campanha.

ARTIGO 2.º — O plano da expedição constituirá a primeira parte do relatório do Comando, relativamente á execução das operações devendo periodicamente serem-lhe adicionados relatórios parciais, até que, terminadas as operações o Comando

As instruções a determinar ás tropas e serviços devem ser concretas e curtas para poderem ser recordadas de momento, sendo numerosos os exemplos dessas instruções, que se encontram junto dos relatórios das nossas expedições coloniais.

A estimativa da despesa da campanha é um elemento muito importante, dependendo do conjunto da campanha e que geralmente é a causa dos maiores dissaboros, entre o Governo e o Comando da expedição, por que um deseja a maior economia e outro requer recursos, que lhe permitam a execução da campanha.

Mas a economia de uma campanha colonial, obtem-se principalmente encurtando a sua duração, e portanto as expedições devem dispor de recursos esmagadores para que não deixem fugir o adversario ao combate e demorar a campanha, sofrendo os europeus o efeito mortífero do clima.

São as desinteligencias com o go-

apresente o relatório complementar da campanha.

ARTIGO 3.º — Ao relatório complementar do Comando serão apensos os relatórios dos chefes de serviços com as propostas técnicas, que julguem conveniente apresentar.

verno, as mais duras provas a que submetido o Comando em Chefe, diz a páginas 209 do seu livro D. Juan de Castro (Los factores del triunfo en la Guerra moderna, 1918, Madrid, 3,50 pesetas), obra laureada, que nos permitimos recomendar á esclarecida atenção dos nossos camaradas, sendo esta afirmação bem confirmada em toda a nossa história militar colonial, desde a epopeia da Índia até aos nossos dias; mas estas desinteligências atenuam-se com uma preparação cuidada definindo responsabilidades e dividindo o trabalho pelas estações competentes.

Nomeação do Comando

ARTIGO 4.º — O Comandante em Chefe das forças em operações, será nomeado com a antecedência necessária para presidir á Comissão de organização da expedição.

ARTIGO 5.º — A comissão de organização constituída pelos chefes de serviços e seus adjuntos é destinada ás inspecções, experiências, fiscalização, recepção e embarque do pessoal, animal e material, bem como a todos os trabalhos de preparação que forem determinados pelo Comandante da expedição, seu presidente.

ARTIGO 6.º — A organização do Quartel General corresponderá á amplitude do plano da expedição.

Parte do pessoal deve reconhecer os recursos existentes nas bases, para o que pre-

JUSTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS 4.º A 6.º. — Fixado o objectivo da expedição, a execução pertence ao Comando, pelo que é sem duvida conveniente, que este partilhe da iniciativa e responsabilidade da organização dispondo da cooperação dos seus chefes de serviços.

Mesmo nas nações coloniais mais poderosas é costume das estações burocráticas da metropole preocupadas com as excessivas despesas afirmarem que as expedições tudo encontram lá nas colonias, pelo que para se evitarem desagradáveis surpresas convem proceder ao reconhecimento dos recursos locais por oficiais do Quartel General. Na expedição Francesa a Madagascar em 1895, apesar dos trabalhos preparatorios terem sido dirigidos durante um ano pelo proprio comandante, o General Duchesne, a impressão causada pelas deficiências encontradas, quando as forças expedicionarias desembarcaram na base marítima, foi de que a expedição seria um desastre. (Ditte; pag. 28).

Na expedição á Abyssinia em

viamente deve marchar para as bases de desembarque, de etapes, de operações e concentração de tropas.

A nomeação do pessoal do Quartel General deverá prever as substituições por doenças, com o fim de manter a continuidade dos serviços com pessoal que já conheça o serviço das especialidades.

1867, as primeiras forças que chegaram á base de desembarque tiveram de pairar dez dias, defronte do porto, esperando que se preparassem os recursos de alimentação para poderem desembarcar, porque só dois meses depois chegaram seis meses de viveres para a expedição. (Tenente Coronel Ditte, Observations sur la guerre dans les colonies, 1905 Paris, Lavouzelle 7,50 francos).

Chefes e comandos subordinados

ARTIGO 7.º—Os chefes e os Comandos subordinados devem ser da confiança do Comandante em Chefe.

ARTIGO 8.º—Nas campanhas coloniais as dificuldades de comunicações devem conduzir o Comando a dar uma maior iniciativa aos Chefes e Comandos subordinados, coordenando os seus esforços por meio de directivas.

Todos os chefes e comandos devem estar cõmpenetrados de que para obter eficaz convergencia de esforços, as ordens deverão ser cumpridas através de todas as dificuldades, com o fim de serem alcançados coordenadamente os objectivos que foram determinados.

JUSTIFICAÇÃO DOS ARTIGOS 7.º A 8.º—Nas campanhas coloniais os factores morais tem ainda maior influencia do que aquela reconhecida nas campanhas europeias, tornando-se portanto indispensavel a confiança mutua entre os Comandos. A campanha da Zambesia de 1869 (edição do Correio Elvense, 1901, Major Ferreira, 760 reis) foi um desastre, principalmente derivado da insuficiencia dos comandos, sendo o estudo desta Campanha bastante instructivo para quem tenha a responsabilidade da organização de uma campanha colonial, tornando-se bastante curioso observar como as mesmas faltas se repetem.

As campanhas coloniais, quando coroadas de successo parecem extremamente faceis, porque na proporção que aumenta a força moral ao vencedor, faltou essa força ao vencido, e por isso, devido principalmente ao prestigio do seu nome, o Almirante Castilho ocupava, sem dar um tiro, a aringa do celebre Bonga, que na Zambesia nos infligira dois mortiferos desastres.

(*Continúa.*)

EDUARDO AUGUSTO D'AZAMBUJA MARTINS.

Tenente coronel

Obras oferecidas

Prussianos de Hontem e Alemães de Hoje (1790-1914) — As impressões de um diplomata português na Côrte de Berlim. — Correspondencia official de D. Alexandre de Sousa e Holstein, primeiro ministro de Portugal na Côrte da Prussia, no tempo de Frederico Guilherme II — (1789-1790). — Com prefácio, introdução e notas por Antonio Ferrão — Coimbra — Imprensa da Universidade — 1919 — Volume de 215 pags.

O ilustre escritor, sr. Antonio Ferrão, prossequindo na sua utilissima obra de reconstituição historica pela pesquisa e divulgação dos documentos de origem portugueza existentes nos arquivos nacionais e ainda estrangeiros, publicou ha meses, em edição subvencionada pelo Ministerio da Instrução Pública, um interessante livro com o titulo e sub-titulo acima expostos, o qual, como todos os anteriores do mesmo erudito auctor, mereceu as mais lisongueiras referencias á critica historica e literaria. A este trabalho em que, alem da correspondencia official de D. Alexandre de Sousa e Holstein, se contem uma importante parte pessoal do sr. Antonio Ferrão, se referiu com bem merecido louvor o notavel critico sr. dr. Julio Dantas no seu primoroso artigo «O momento literario» inserto no *Diario de Noticias* de 23 de Fevereiro ultimo, qualificando-o de «interessante» pelos assuntos historicos divulgados e «oportuno» «como subsidio para o estudo psico-social dos alemães de hoje».

Abrange a obra de que nos occupamos, além de um *Prefácio*, duas partes essenciais.

No *Prefácio*, de muita curiosa leitura e em que se indicam os intuitos a que obedeceu a publicação dessa interessantissima colecção documental dos arquivos historicos do nosso Ministerio dos Estrangeiros, encontram-se algumas palavras que muito deveriam ser para meditar e muito conviria divulgar! Referem-se elas á Polonia e ás causas determinantes da sua total ruina no fim do seculo XVIII e bem parecem adequadas á situação actual de um pequeno povo situado no extremo ocidente europeu (1). Bem sabido é que infelizmente a Historia... repete-se, embora deva ser a mestra da vida!

A primeira parte intitulada: *Frederico Guilherme II, o seu govêrno e a sua côrte, vistos através da correspondência official do primeiro Mi-*

(1) — Vidé pag. X — lin. 16: «Assim acabou a Polonia.....»

nistro de Portugal em Berlim D. Alexandre de Sousa e Holstein, constitue um extenso capítulo de historia da Europa Central no ultimo quartel do seculo XVIII e em especial da côrte da Prussia. Nela se veem desfilar, em nitida e interessante reconstituição : os primeiros anos do reinado de Frederico Guilherme II (desde Agosto de 1786) e, em rapida sintese, os do seu illustre antecessor e tio, o Grande Frederico II, cuja pesada herança aquelle teve de suportar; o inicio das relações diplomáticas de Portugal com a Prussia no tempo de D. Maria I, o nosso primeiro Ministro em Berlim e o que êle conta para Portugal; o rei Frederico Guilherme II e a côrte, a sociedade berlinense na epoca, o governo prussiano e a politica interna, a politica externa do rei, suas aspirações e ambições, relações com José II e Leopoldo II da Austria e Catarina II da Russia, e finalmente a Prussia perante as grandes questões externas do tempo, a insurreição dos Países-Baixos austriacos, a questão da Polonia, concluindo com o Congresso da Reichenbach e a falencia da politica oriental do rei da Prussia.

Constitue esta primeira parte um magnifico estudo preliminar e serve de introdução e esclarecimento á correspondencia do diplomata português em Berlim.

Visa porém o estudo feito mais longe, porquanto pretende demonstrar — e não diremos que o não consegue — que assim como pela ambição criminosa de Frederico Guilherme II se esteve em 1790 a dois passos de uma conflagração geral europeia — apenas impedida pela intervenção da Inglaterra — assim em 1914 pela ambição desmedida de outro Hohenzollern — Guilherme II — se desencadeou sobre toda a humanidade a mais mortifera e sanguinolenta guerra.

Embora fazendo-se a restrição de que a acção de Frederico Guilherme era muito pessoal e de que Guilherme II encarnava a opinião nacional alemã — que nem só êle formou! — e era o representante «das mais monstruosas e brutais ambições pangermanistas», aceita-se como conclusão justiceira o *simile* do sr. Antonio Ferrão :

«Como o rei da Prussia de 1790 e o imperador da Alemanha de 1914 se equivalem e correspondem !

«Prussianos de hontem ! Alemães de hoje !»

A segunda parte da obra contem os 44 officios expedidos por D. Alexandre de Sousa e Holstein ao secretario de Estado dos negocios estrangeiros Luis Pinto de Sousa Coutinho, desde 7 de Novembro de 1789 a 24 de Setembro de 1790, com os respectivos apêndices e anexos, tudo acompanhado de curiosas notas elucidativas do sr. Antonio Ferrão, as quais tornam absolutamente comprehensivel a leitura dos officios, aclarando-os ainda com a transcrição de correspondencia diplomatica correlativa de outros representantes de Portugal em varias côrtes.

Nos officios de D. Alexandre de Sousa e Holstein, diz o autor da obra : «fala-se do temperamento, habitos e *fraquezas* de Frederico Guilherme II, dos côstumes, nem sempre muito proprios e morais, da côrte; descrevem-se as intrigas tenebrosas do soberano da Prussia no seu constante designio de comprometer o governo de José II e Leopoldo II, d'Austria, de minar a sua dominação e de lhes enfraquecer

«o poder; e estuda-se, com interessante detalhe, a crise polaca, a guerra com a Turquia, e as revoltas dos Países-Baixos austriacos».

Nada mais é preciso acrescentar para se fazer idea de quão interessante repositório de factos curiosos de dominio historico é a correspondência official trazida á publicidade pela dedicada e patriotica investigação do sr. Antonio Ferrão, o qual felizmente não tem recuado ante as dificuldades e relutancia com que tem tido que defrontar no mundo burocratico para divulgar perante os estudiosos as preciosidades tão ciosamente guardadas nalguns dos nossos arquivos nacionais.

A Direcção da *Revista Militar* penhorada pela oferta do valioso trabalho, apresenta ao ilustre autor com os seus agradecimentos os mais calorosos aplausos pela utilissima obra de investigação historica tão felizmente empreendida, já hoje numerosa e com tão oportunos resultados, como no momento actual — *Prussianos de hontem e Alemães de hoje* e em 1918 — *Gomes Freire na Russia*.

P. S.

Comissão Técnica de Infantaria

Livro de Ouro da Infantaria

Circular

«A **Comissão Técnica de Infantaria**, tendo incluído no seu programa da Consagração dos Mortos da Arma na Grande Guerra, em Angola, França e Moçambique (1914-1918) a publicação do **Livro de Ouro da Infantaria** deseja fazer o calculo aproximado da edição e, por isso, pede a todos que desejem adquirir esse livro o obsequio de o indicar directamente ou por intermedio das unidades ou estabelecimentos, a fim de ser comunicado a esta C. T. I. até 30 de Junho proximo.

O **Livro de Ouro da Infantaria** representa uma comovente homenagem aos 3000 mortos da Infantaria e ás qualidades táticas da nossa Arma. Contendo os nomes de todos os **Officiais e Praças** que deram a sua vida pela Patria, é uma expressão reconhecida do nosso Respeito por Aqueles que nobilissimamente cumpriram o seu Grande Dever de Soldados e tiveram a Honra de cair frente ao inimigo ou em consequencia do esforço com que cooperaram nessa pagina gloriosissima da Republica Portuguesa, que foi a nossa intervenção ao lado da Entente, no cumprimento severo de tratados internacionais e na compreensão das consequencias do tremendo conflito, que agitou a Humanidade.

Aleim desses Nomes Gloriosos, conterà um capítulo «**Comemoração do esforço da Infantaria**» com um artigo de abertura do nosso venerando General José Estevão de Moraes Sarmento, ilustre escritor militar e eminente director da **Revista Militar** e colaboração de todos os officiais da Arma e officiais Generais e do Corpo do Estado Maior, provenientes da Arma, que se queiram honrar, prestando o culto da sua admiração e da sua saudosa recordação pelos nossos Mortos ou exaltar as qualidades da Infantaria, Arma que aos combatentes exigiu o maximo de energia moral, o maximo de persistencia e tenacidade nas marchas pelas inospitas regiões das nossas duas grandes Provincias Coloniais, onde sustentamos a Guerra, ou nessa vida exaustiva das trincheiras, o maximo de decisão e de fé na Vitoria, quando se tornou indispensavel avançar e conquistar á baioneta os troféus, que nos enobrecem.

Para este capitulo agradece a C. T. I. os originais, que os nossos Camaradas, officiais da Infantaria ou seus originarios, lhe enviem até 31 do corrente. Para os nossos Camaradas em serviço nas Colonias este praso é prorrogavel até 30 de Junho. Já a C. T. I. tem recebido impressões vividas dos

oficiais combatentes da Grande Guerra em Africa e França, recordações das horas imensas das trinheiras com os seus **raids** e bombardeamentos ou das horas incertas das marchas e combates nas regiões africanas e evocações patrióticas, que são a homenagem ao valor do Soldado Português prestada por oficiais, que não pertenceram ás forças expedicionarias.

Espera a C. T. I. o apoio dedicado de todos os oficiais e praças e resolveu abrir concursos, que foram prorrogados até 31 do corrente, para a capa e uma pagina allegorica do **Livro de Ouro da Infantaria**. Pretende a C. T. I. que este Livro constitua para nós uma recordação comovida dos quatro anos de guerra, evidenciando a maneira como a nossa Arma, tendo a cooperação técnica e o esforço devotado das outras armas e dos serviços, soube satisfazer os compromissos de honra, que a Republica Portuguesa contraiu perante o mundo civilizado.

A edição do **Livro de Ouro da Infantaria** será feita por esta C. T. I. em condições materiais condignas do facto, que queremos assinalar, e cada exemplar será vendido pelo preço do custo, que, no maximo calculamos em 2\$00, pois que a C. T. I. só procurará cobrir a despesa, que esta Consagração originar e deligenciará a maior economia.

Apresentando em nome da C. T. I. as minhas homenagens, desejo-vos

Saúde e Fraternidade

O PRESIDENTE

Felisberto Alves Pedrosa

Coronel

CRÓNICA MILITAR

Alemanha

A composição das unidades do «Reichswehr».—Como vimos na *Revista* de abril, o exercito permanente tomou a designação de *Reichswehr*, e agora, pelo que foi publicado no *Militär Wochenblatt* de março ultimo, vemos que a unidade *divisão* foi substituída pela *brigada mixta*.

Esta apresenta 2^o tipos principais: a brigada mixta *pesada*, e a *ligeira*.

A *brigada mixta pesada* tem a seguinte composição (Efectivo 12.000 homens):

A) Quartel general

B) Infantaria	2 regimt. ^{os} de infant. ^a	}	e cada regimento com: 3 comp. ^{as} (n. ^{os} 1, 2 e 3)
			1 companhia de bombardeiros (<i>minenwerfers</i>)
			1 bateria de peças de infantaria (37 ^m /m)
			1 companhia de sinaleiros
			1 bat. de caçadores: 3 companhias
			1 comp. ^a de metralhadoras
			1 camp. ^a de ciclistas
			1 batalhão ciclista

C) Artilharia	}	1 regimento de art. ^a de camp. ^a com 2 grupos de 3 bat. ^{as} (4 bat. ^{as} de 77 ^{cm} e 2 de 10 ^{cm} ,5)
		1 grupo de art. ^a pesada com 3 baterias (2 baterias de 15 ^{cm} e 1 de 21 ^{cm})
		1 grupo de 3 baterias de artilharia anti-aerea
		1 esquadrilha de aviões de artilharia
		1 balão
		colunas de munições

D) Cavalaria—1 regimento com 3 esquadrões e 1 esquadrão de metralhadoras;

E) Engenharia—1 batalhão com parque e equipagem de pontes

F) Aviação—1 esquadrilha de brigada

G) Trem e serviços: { Comboio automovel com 40 camiões, transportando 25. T.
Formações sanitarias

H) Tropas de ligação (T. S. F., telefonia, etc.)

A *brigada mixta ligeira* (efectivo 7.200 homens) tem a seguinte composição:

- A) Quartel general
 B) Destacamento de ligação
- C) Infant.^a { 2 regimentos de infantaria, tendo cada regimento 3 batalhões e cada batalhão 3 companhias e 1 companhia de metralhadoras
 1 companhia de sinaleiros
 1 bateria de peças de infantaria (37^m/m)
- D) Cavalaria — 1 esquadrão
- E) Engenharia: { 1 batalhão
 1 companhia de bombardeiros (*minenwerfers*)
- F) Trem e serviços: { Comboio automovel
 Formações sanitárias

Efectivos das unidades da «Reichswehr».—Segundo o *Kölnische Zeitung* de 2 de abril, os efectivos das diversas unidades do exercito permanente são os seguintes.

Formações	Oficiais	Sargentos	Soldados
Batalhão de infantaria ou de caçadores..	21	50	400
Companhia de metralhadoras	4	15	95
Companhia de bombardeiros.....	4	18	85
Companhia de sinaleiros.....	3	36	183
Companhia de ciclistas.....	3	15	145
Bateria de artilharia de infantaria.....	3	15	99
Esquadrão.....	7	20	142
Bateria de artilharia de campanha.....	6	17	85
Bateria de artilharia pesada.....	6	34	144
Bateria anti-aerea.....	5	16	114
Coluna ligeira.....	3	12	72
Coluna pesada	2	11	61
Companhia de engenharia.....	6	23	177
Coluna ligeira de engenharia.....	4	20	104
Companhia de ligações de brigada.....	8	32	117
Trens regimentais.....	3	18	88
Companhia automovel.....	4	22	128
Comboio automovel.....	4	17	90
Companhia sanitaria.....	8	24	192

Recrutamento.—Aplica-se o mais possivel o sistema de alistamentos voluntários.

Em geral o primeiro periodo de serviços é de 6 meses, no fim dos quais os homens podem readmitir-se por periodos de 3 meses. Os vencimentos serão:

Soldo diário 1 marco; subsidio diário pela carestia da vida, 4 marcos subsidio para alojamento (não ficando no quartel), 1,75 marcos para os casa-

dos sem filhos, aumentando um marco por cada filho, até 3; gratificação de campanha, 1 marco; readmissões mensais: 20 marcos depois de 2 anos de serviço; 30 marcos depois de tres anos; 40 marcos, depois de 4 anos. Portanto, o vencimento mensal para o homem casado, com tres filhos, e no fim de 4 anos de serviço, será de 610 marcos.

As praças teem ainda direito a 15, 24, ou 30 dias de licença em cada ano, conforme teem 2, 8 ou 16 anos de serviço.

Os quadros do Reichswehr proveem quási todos do antigo exercito.

As tropas de *Reichswehr* devem constituir 20 brigadas, que são distribuidas por 7 regiões territoriais (*Wehrkreise*), que vieram substituir as antigas regiões de corpo de exercito.

Espanha

Reorganização do batalhão de caçadores de Alba de Tormes.—Este batalhão, que estava de guarnição em Alba de Tormes (provincia de Salamanca) foi transferido para Ronda (provincia de Malaga) e ao mesmo tempo passou a ter a organização de um batalhão de montanha, com o n.º 6. Este batalhão passa a fazer o seu recrutamento nos distritos de recrutamento n.º 24 (Algeciras) e n.º 37 (Ronda).

O quadro do batalhão n.º 6 de montanha ficará tendo: 1 tenente-coronel, 2 majores, 8 capitães, 16 tenentes (escala activa) e 2 (E. R.) e 1 alferes, 2 medicos, 1 capelão, 1 veterinario e mestre de musica; 1 séleiro-correeiro, 1 espingardeiro, 1 ferrador, 6 sub-officiais, 25 sargentos, 45 cabos, 10 corneteiros, 4 aprendizes de corneteiro, 2 musicos de 1.ª classe, 4 de 2.ª classe, 10 de 3.ª classe e 6 aprendizes de musica, 19 soldados de 1.ª classe e 486 de 2.ª classe, 14 cavalos, 46 muares de carga e 2 de tiro. Temos assim: 34 officiais, 621 praças de pré e 62 solipedes.

Promoção a general dos coroneis do exercito e capitães de navio da armada com 42 anos de serviço e que queiram passar aos quadros de reserva.—No senado hespanhol foi há pouco aprovado um projecto de lei promovendo a general de brigada ou a contra-almirante os coroneis do exercito das diversas armas e serviços (em cujos quadros activos hajam aqueles postos) e os capitães de navio da armada, que tenham 42 anos de serviço, possuam a placa de S. Hermenegildo e tenham exemplar comportamento.

Para obter esta concessão é preciso requerer dentro do praso de um mês a partir da publicação do decreto na «*Gaceta*», e sendo extensiva aos officiais nas condições mencionadas desde 4 de fevereiro de 1919 (data da aprovação do decreto no Senado.)

Aumento de soldo aos officiais.—Em virtude da grande carestia da vida, o ministro da guerra, general Villalba, julgando insufficiente o aumento de soldos concedido aos officiais pela lei de 29 de junho de 1918, acaba de propôr uma nova tabela de soldos: aos coroneis, 12.000 pesetas; aos tenente-coroneis, 10.000; aos majores, 8.000; aos capitães, 6.000; aos tenentes, 4.000; aos alferes 3.000.

Para fazer face a este aumento de despesa, o mesmo ministro propõe uma redução de quadros e de empregos, de modo que a economia desta redução cubra as despesas provenientes do aumento de soldo. Desta forma conta melhorar a situação dos oficiais sem encargos para o tesouro.

Creação de um collegio geral militar.—Vem de há muito a idéa de se crear um *collegio militar geral* (antes restabelecer a antiga academia geral), mas ultimamente tem tomado maior vulto, e uma comissão de oficiais das diferentes armas há enviado a S. M. Afonso XIII uma exposição em que fundamentam a necessidade desse collegio ou academia, onde os futuros oficiais recebam uma instrução geral comum-a todas as armas, corpos e insítutos do exercito. Segundo esse projecto, a entrada no collegio seria aos 14 anos, devendo os candidatos ter a aprovação no bacharelato, e ser submetidos a um *exame de admissão*, compreendendo: aritmetica, algebra, geometria plana e no espaço, leitura e tradução correcta de francês, desenho de figura e ginnastica.

O regime seria o do *internato*, e o curso de 2 anos. Terminado este curso, os alunos deverão ir para as respectivas *academias de applicação* das armas. No fim de 2 anos nestas, seriam promovidos os alunos a alferes, e no fim do curso a tenentes.

Anualmente seria fixado o numero de candidatos a admitir no collegio geral, ficando fora deste numero os que fossem orfãos da guerra, e as praças provenientes das fileiras com 2 anos de serviço.

Da comissão que se dirigiu a El-Rei faziam parte os generais de divisão D. Manuel Fernandez Silvestre e D. José Cavalcanti de Albuquerque.

Organização do batalhão de radiotelegrafia.—Ainda na continuação de se ir completando a reorganização de 1918, foi creado o *batalhão radiotelegrafico* de campanha, tomando-se para base o grupo já organizado pela R. O. de 27 de maio de 1919. O batalhão fica constituído pelo seguinte quadro orgânico:

1 tenente-coronel, 2 majores, 6 capitães da escala activa (E. A.) e 1 capitão de reserva (E. R.), 9 tenentes da E. A. e um tenente da E. R., 1 medico e 1 veterinário, 1 almoxarife, 4 operarios, 1 espingardeiro, 1 forjador e 1 ajustador, 4 sub-officiais, 12 sargentos montados e 22 apeados, 29 cabos montados e 27 apeados, 3 clarins e 3 aprendizes de clarim, 23 soldados de 1.^a classe montados e 21 apeados, 136 soldados de 2.^a classe montados e 76 apeados, 14 cavalos de official, 25 de tropa, 72 de tiro e 48 muares de carga. Temos assim: 22 officiais, 347 praças e 159 solipedes.

Cursos de aviação.—Tendo sido aprovado pelo Estado Maior do Exercicio o plano dos cursos de aviação que devem ser professados no presente ano, foi determinado que os cursos de aspirantes a pilotos se realizem nos 4 aérodromos permanentes de Getafe, Cuatro Vientos, Sevilha, Los Alcázares e no provisorio de Saragoça. A estes concorrem 95 officiais que foram os aprovados dos 132 que haviam requerido, tendo-se dado preferencia aos mais novos, e tendo-se excluído os que tinham menos de um ano de serviço nas fileiras.

Como professores foram nomeados 7 capitães de infantaria, 2 capitães de cavalaria e 1 capitão de engenharia.

Os candidatos destinados aos aérodromos de Getafe, Sevilha e Los Alcázares apresentaram-se em 10 de fevereiro. Os destinados aos outros aérodromos dever-se-iam apresentar quando fosse determinado pelo general director do Serviço de Aeronautica militar.

Creação de mais 2 regimentos de infantaria.—Em harmonia com o plano de organização do exercito de agosto de 1918, que tem sido progressivamente posto em execução, foram creados mais dois regimentos de infantaria com os numeros 74 e 77, com as denominações de Valladolid e Ordenes Militares, cujas guarnições serão em Huesca e Estella, nesta ultima provisoriamente, enquanto não se conclue o quartel de Astorga, para onde será depois transferido o regimento n.º 77.

França

A peça de maior alcance.—O engenheiro de minas, Mr. Delamare Mazé, que conta mais de 56 anos de idade, depois de ter prestado durante a guerra (tinha 50 anos quando se alistou) importantes serviços á Patria, quer na construção do caminho de ferro de circumvalação de Paris, quer no Ministerio dos Inventos, acaba de inventar uma nova peça de artilharia, cujo alcance pode ir até 240 km.

O governo francês comprou-lhe já o invento depois de se terem efectuado uma série de experiencias em 10 tipos de peças, que para isso foram especialmente fabricadas, pois o novo invento não se pode aplicar aos existentes tipos de peças, sem que haja modificações.

Na peça novo tipo, os gases provenientes da combustão da polvora na culatra não impelem o projectil, em virtude da sua pressão na camara da boca de fogo, e na base do mesmo projectil, mas em virtude da velocidade dos mesmos gases. Sendo, pois, diminuta a pressão nas paredes da boca de fogo, estas não precisam ter grande espessura, o que reduz o seu pêsso. O mesmo principio é applicavel ás metralhadoras e ás espingardas, convenientemente modificadas. Nas peças os projecteis serão lançados com uma velocidade inicial de 1.300^m por segundo. O alcance irá de 160 km. até mesmo 240 km.

O inventor já foi autorizado a comunicar ás nações aliadas os principios em que assenta o seu invento, estando-se ocupando das experiencias, a Inglaterra, a Italia e a Grecia. O principio em que Mr. Delamare fundamenta a sua invenção irá revolucionar a balística.

Inglaterra

Características dos principais tanks empregados no exercito britânico durante a grande guerra.—Vários tipos de carros de assalto foram empregados pelo exercito britânico a partir de 1915, e de que vamos dar as suas características:

Do tipo I estavam construidos em dezembro de 1915, 150 carros, tendo-se aproveitado o motor *Daimler*, que então se tinha construido para os

Tipos.....	I	II	III	IV	V'	V'	V''	VII	VIII	IX	W. A	W. B
Construido em.....	1915	1916	1916	1916	1917	1918	1918	1917	1917	1917	1916	1917
Casa construtora...	Forster	Forster	Metrop. Carriage	Forster	Metrop. Carriage	Metrop. C.	Metrop. C.	Brown Bros	North British	Arms-trong	Forster	Metrop. Carriage
Pêso em toneladas.	28	28	28	28	29	33	35	33	37	37	14	18
Espessura máxima da blindagem $\frac{m}{m}$	12	12	12	12	14	14	14	12	16	10	14	14
Velocidade horaria (Km.)	5,9	5,9	5,9	5,9	7,36	7,36	8,3	8,3	8,3	6,9	13,3	9,76
Percurso sem aprovisionamento (Km.)	23	23	23	35	45	40	67	50	55	42	80	65
Guarnição (homens)	8	8	8	8	8	8	8	8	8	4	3	4
Motor empregado..	Dainler 6 cilindros 105 HP.		Daimler 6 cilindros 105 HP.		Ricardo 6 cilindros 150 H.P.		Ricardo 6 cilindros 225 H.P. 150 H.P.		Ricardo 12 cil. 300 H.P. 6 cil. 150 H.P.		2 Taylor 45 H. P. Ricardo 4 cilin. 100 H. P.	
Armamento (metr.as peças.)	5 metralhadoras ou 2 p. e 4. metr.as		5 metralhadoras ou 2 peças e 4 metr.as		6 metralhadoras ou 2 peças e 4 metr.as		6 metralhadoras ou 2 peças e 4 metr.as		7 metr.as ou 2 p.		4 metr.as	

tratores *Forster*. O armamento estava colocado em torres laterais, e, conforme era constituído por metralhadoras ou peças, assim os carros se chamavam *femininos* ou *masculinos*. Esta disposição era comum aos carros tipos I, II e III.

Do tipo IV fabricaram-se em 1916 420 unidades masculinas e 595 femininas.

Os tipos V, V' e V'' teem já modificações importantes, principalmente pelo emprego do motor *M. Ricardo*.

O tipo VII apresenta como principal modificação a substituição das engrenagens epicicloidaes por uma transmissão hidraulica *Williams Janney*, correspondendo a cada transmissão um volante de mão para a sua direcção. Os tipos *Whippets A* e *B* só apareceram em 1918 ao mesmo tempo que os tipos V' e V'', e apresentavam a particularidade de poderem ser dirigidos por um só homem.

Havia ainda *tanks* destinados ao transporte de peças, munições e tropas, construídos pela casa *Metropolitan Carriage and Wagon Co.*, e que podiam transportar obuzes de 115 e de 150 m/m. O carro tipo IX, *Armstrong*, foi destinado ao transporte de tropas, podendo transportar 50 homens. (*Memorial de Artilleria*).

Peru

Concurso para a admissão na Escola superior de guerra.—Para admissão à Escola superior de guerra foi aberto concurso, ao qual podem concorrer os capitães e os maiores (êstes não podendo ter mais de um ano de posto) com boas informações dos seus chefes e um atestado médico, certificando a sua robustez física.

Os que forem mandados admitir ao concurso pelo ministro da guerra, devem ser submetidos a um exame que compreende: tática aplicada; infantaria; artilharia; cavalaria; fortificação; história militar do Perú; noções de geografia da América do Sul; organização, legislação e administração; línguas (francês e inglês); topografia; equitação.

—Os alunos, depois de terminado o curso, são sujeitos a um *exame de saída*, feito perante um júri presidido pelo director da escola e tendo como vogais os professores das cadeiras: de história militar, de tática geral, de tática de infantaria, tática de cavalaria, tática de artilharia e de serviço de estado maior.

Êste exame compreende *provas orais* e *provas práticas*.

Além das provas de tática, cada aluno resolve sôbre a carta um problema tático.

A prova prática compreende o comando de tropas das 3 armas, nas diversas situações que forem indicadas pelo júri.

—*Escola militar.*—Os oficiais do exército peruano proveem todos da *escola militar*, cujo curso dura 4 anos e compreende 2 secções: *secção preparatória* (1.º e 2.º anos), onde uma parte do tempo é consagrado aos exercicios militares de infantaria e exercicios fisicos, e a outra à recapitulação das diversas matérias de instrução geral (curso dos liceus). Terminado o curso preparatório, os *cadetes* aprovados escolhem a arma e passam à *secção de aspirantes* (3.º e 4.º anos), onde são agrupados por armas e são instruídos na

sua especialidade. Todos os dias as manhãs são destinadas aos exercicios militares e excursões, e de tarde teem lugar as aulas em que se professam as diferentes disciplinas.

—Os candidatos à admissão na secção preparatória devem possuir o curso de instrução secundária, ter boa conduta moral e política, devendo depois satisfazer a um exame de admissão.

—Os 1.^{os} sargentos dos corpos podem também cursar esta escola, devendo para isso fazer um exame de admissão. Podem preencher $\frac{1}{3}$ das vacaturas que anualmente se derem na escola militar. O concurso de admissão compreende provas escritas e orais sôbre matemáticas, lingua castelhana, história e geografia geral e história e geografia do Perú.

—Analogamente se pratica na *escola militar* do Brasil, com a diferença de ser apenas de um ano o curso especial de infantaria ou de cavalaria.

Servia

Effectivos mobilizados durante a guerra e perdas sofridas no seu decurso.

—A Servia mobilizou perto de 800.000 homens, o que representa 40 % da sua população masculina, ou 24 % da população total.

As perdas sofridas foram: mortos nos campos de batalha ou em consequencia dos ferimentos neles recebidos, 369.818 homens (cerca de 50 % dos homens mobilizados); prisioneiros mortos nos campos de concentração austro-ungaros, e civis mortos no territorio servio em consequencia das privações, 630.000.

A Servia perdeu, pois, na guerra perto de um milhão de pessoas, o que corresponde a 25 % da sua população total. (*Estudios Militares*).

Diversos

Em memoria dos 50.000 australianos mortos na guerra.—Comemorando as grandes façanhas das 5 divisões australianas, que combateram na frente occidental durante a grande guerra, quatro monumentos teem já sido levantados nos pontos em que os actos de heroismo se tornaram mais brilhantes, e em que milhares de cadaveres ali ficaram sepultados. O maior dos monumentos foi levantado em frente de Ypres, dominando o terreno em volta numa extensão de várias milhas; a segunda columna comemorativa foi construida entre Cambrai e St-Quentin, na antiga linha de Hindenburg; o terceiro monumento eleva-se na região de Pozières; a quarta columna, levantada no Monte St. Quentin, a N. O. de Péronne, e dominando o vale do Somme, é encimada por um soldado australiano, em bronze. Foi no ataque ao Monte de St. Quentin que a 2.^a divisão australiana se notabilizou em 1918, tomando uma posição considerada inexpugnável, e que permitiu a posse de Péronne.

É assim que a França e a Belgica prestam a sua funebre homenagem aos soldados que vieram á Europa regar com o seu sangue os campos de batalha em defesa da Liberdade e do Direito vilipendiados.

A estação radiotelegrafica de maior alcance.—Durante a ultima guerra, de todos é sabido os valiosos serviços prestados pela estação de T. S. F. da Torre Eiffel, cujas ondas alcançaram a 6.000 quilometros, sendo a potencia da antena 100kw., mas, para descongestionar esta estação de enorme trabalho, foi construida em Lyon uma outra estação de T. S. F. (fins de Setembro de 1914) cujas ondas alcançavam a 10.000 quilometros com uma potencia de 150kw, e permitiam a comunicação com as estações de Annápolis e Nova Brunswik, na America. A estação de Lyon ainda era ouvida na estação americana da ilha de Guam, a uns 12.000 quilometros, e mesmo na Nova Zelandia, nos antipodas. Quando as tropas americanas chegaram a França, tratou-se da construção de uma mais potente estação de T. S. F., que permitisse a rapida comunicação, a qualquer hora do dia ou da noite, com os Estados Unidos, tendo-se escolhido para esse efeito um espaçoso terreno na Cruz de Hins, proximo de Bordeos. A nova estação, começada a construir em maio de 1918 por operarios franceses e americanos, passa a ser a mais potente da Terra, pois as suas ondas alcançam a 20.000 quilometros, podendo transmitir-se 50 palavras por minuto e 72.000 por dia. A sua potencia é de 500 kw, e portanto cinco vezes mais poderosa que a Torre Eiffel. A França ficará assim em comunicação directa com todas as suas colonias e com os navios que naveguem em todos os mares. O emprego dos radiogoniometros e dos amplificadores permitem hoje a comunicação entre 2 estações, sem que outras estações possam receber os radiotelegramas ou perturbar a sua transmissão. Depois com o auxilio de um fonógrafo especial as ondas são registadas num cilindro, que depois permite a reprodução da comunicação com a lentidão que o operador desejar.

A estação de Bordeos compreende oito pilares de aço de 250^m de altura, sustentando uma antena de 1.200^m de altura e 400^m de largura.

Esta estação é não só a mais poderosa que existe, mas a que reúne todos os ultimos progressos da radiotelegrafia. O pessoal da estação é constituído por 60 tecnicos, compreendendo engenheiros, telegrafistas e mecanicos.

Extensão e população da Polonia actual.—Os territorios que foram há pouco reunidos, reconstituindo o antigo reino da Polonia (Polonia austriaca, Polonia alemã e Polonia russa) tem uma população que se aproxima de 27 milhões de habitantes. A estes territorios há ainda a acrescentar as regiões da Lituania e da Russia branca, que representam 120.000 quilometros quadrados com 6 milhões de habitantes. Portanto o renascido reino da Polonia ficará tendo 400.000 quilometros quadrados com 33 milhões de habitantes, assim discriminados: 20 milhões de polacos; 4 milhões de israelitas, 3,8 milhões de rutenios, 2,7 milhões de alemães e 2,5 milhões de branco-russos. O estado lituano, que entra na União polaca, representa um territorio de perto de 70.000 quilómetros quadrados com uns 3 milhões de habitantes. Teremos assim um estado importante de perto de 40 milhões de habitantes com que a *Entente* conta para vigiar a fronteira oriental da Alemanha.

O territorio tcheco-eslovaco.—Outra nação importante, que se está reconstituindo e com a qual a *Entente* tambem conta como sua auxiliar contra a Alemanha, é a *tcheco-eslovaquia*, que tem uma população de quasi 14 mi-

lhões de habitantes, e abrange a Moravia, a Bohemia, a Silesia e a Eslováquia, na sua maioria *eslavos* (tchecos e eslovacos).

Os tchecos da Bohemia são os mais civilizados dos eslavos, pois é ínfimo o numero de analfabetos, e são importantes industriais. A universidade de Praga é uma das mais notáveis da Europa assim como as fabricas de vidros. Os cristais da Bohemia são extraordinariamente afamados. 80 % da produção industrial da Austria saía das fabricas da Bohemia.

A sinalização optica por meio das irradiações invisíveis. -- Entre os numerosos meios de comunicação a distância, que foram utilizados durante a guerra citam-se os processos empregados pelo professor americano R. Wood, distinto professor da universidade *John Hopkins* de Baltimor, e cujos trabalhos sobre optica são sobremaneira notáveis.

Os seus trabalhos foram aproveitados no exército alemão, onde se empregou em larga escala um dispositivo clássico de telegrafia optica.

Um aparelho muito simples era empregado com esse fim.

Os sinais eram produzidos por uma lampada electrica disposta no interior de um tubo, que era adaptado a um binóculo, que permitia receber os sinais enviados pela estação emissora.

As pilhas que alimentam a lampada são pilhas secas, e que são transportadas pelo operador numas pequenas caixas suspensas de um cinturão de cabelo. A particularidade do aparelho está principalmente em que o feixe luminoso emitido só é visto no posto receptor.

O aparelho é constituido por uma lente acromatica, em cujo foco está a pequena lampada electrica com filamento metálico em espiral numa atmosfera de azote. A lampada é alimentada por uma bateria de 5 pilhas. Á retaguarda da lampada está uma ocular que serve para visar o posto receptor.

Olhando pela ocular vê-se onde se projecta o filamento da lampada, e faz-se então coincidir a imagem do posto receptor com a do filamento para se ter o aparelho convenientemente orientado. A luz só é visivel dentro de um pequeno círculo que contorna o filamento.

Com este aparelho podem realizar-se comunicações até à distância de 30 qm. Quando se tenha de comunicar a pequena distância, como succede na guerra de trincheiras, então é preciso introduzir algumas modificações no aparelho para que os sinais não sejam vistos pelo inimigo.

É para isso que o professor Wood emprega as irradiações invisíveis, que são dadas por meio dos raios infra roxos ou os ultra violetas.

Colocando-se à frente da lampada um diafragma que deixe só passar os raios infra roxos (ou ultra violetas), o que se consegue por meio de um botão filetado, o feixe luminoso não pode ser recebido por qualquer observador que não esteja munido de um aparelho identico, dotado com um analogo diafragma, pois só assim é que o campo obscuro do binóculo se ilumina de rôxo. Com este dispositivo especial as comunicações podem efectuar-se à distância de 8 a 10 qm.

Quando se tenha de empregar os raios ultra violetas, então usa-se de um vidro completamente opaco aos raios luminosos visiveis, mas perfeitamente transparente áqueles raios. O vidro é de base silicato de sódio e oxido de níquel, e deve ser acompanhado de uma placa impregnada de platino-cia-

neto de bario, que é sensível às radiações ultravioletas. As comunicações ainda neste caso tem lugar até à distância de 8 a 10 qm.

Os mesmos principios que serviram para as comunicações terrestres se applicam ainda no mar e nos portos, e também para facilitar as aterragens dos aeroplanos nos campos de aviação.

Além das applicações militares, a que se consagrou o professor Wood, outras muitas applicações gerais se podem obter.

Confronto entre a produção de artilharia pesada britânica e a dos E. Unidos no período em que esta última nação esteve na guerra.—A partir do 9.º mês de guerra, segundo os dados estatísticos fornecidos pelo Estado Major americano em junho de 1919, a produção de bocas de fogo pesadas e viaturas correspondentes, é indicada no seguinte quadro :

Períodos de tempo	Peças — Produção		Viaturas — Produção	
	inglesa	americana	inglesa	americana
Do 9.º ao 11.º mês de guerra	49	26	41	41
» 12.º » 14.º » » »	58	132	84	149
» 15.º » 17.º » » »	80	474	113	154
» 18.º » 20.º » » »	241	1.092	201	544
Totais.....	428	1.724	339	888

Vê-se por esta estatística que os E. Unidos produziram mais material de artilharia pesada que a Inglaterra.

Relativamente às munições, também os E. Unidos produziram um número de projecteis sextuplo do produzido pela Inglaterra.

Conclue-se, portanto, que a intervenção dos E. Unidos na guerra teve uma grande influência na solução da guerra.

Fabrico de balas para as granadas das peças de 15^{cm} e 12^{cm} adoptadas no exército espanhol.—Nas fábricas de Trubia e Sevilha tem sido fabricadas milhares de granadas contendo cada uma 700 ou 350 balas, conforme se trata de projecteis de 15^{cm} ou de 12^{cm}.

Estas balas são feitas com uma liga de 40% de estanho, 40% de chumbo e 20% de antimónio para os primeiros, e com 80%, 10% e 10% para os segundos projecteis.

Cada bala pesa 13^{gr},8 ou 11^{gr},3 conforme o calibre da peça; os seus diâmetros são respectivamente de 14^{mm},5 e 14^{mm},2; a densidade é de 8,76 ou 7,53; o pêso total das 700 ou 350 balas de uma granada será de 9^{kg},669 ou 3^{kg},955. Custando cada quilogrâma de estanho 6 pst., e respectivamente 0,36 e 0,88 o de chumbo e de antimónio, cada quilograma da liga importará em 2,992 pst. para as granadas de 15^{cm} e o número total de balas desta granada importará em 28,902 pêsetas.

Para a granada de 12^{cm}, os 3^{kg},995, que pesam as balas, custam 21,420 pesetas, visto que o quilograma da liga (atendendo a uma quebra de 10 %) importa em 5,416 pesetas.

Estando cada vez mais caro o estanho, teve-se de recorrer a uma nova liga, que fosse mais barata. Esta parece ser constituída por zinco, chumbo e antimónio com uma pequena quantidade de alumínio.

A nova liga é assim constituída: zinco 32,243 % ou 57,4 %, conforme se trata da granada de 15^{cm} ou de 12^{cm}; chumbo 52,381 % ou 29 %; antimónio, 14,276 ou 13,5; o alumínio é para umas e outras de 0,1 %.

Com a nova liga as balas da granada de 15^{cm} custam 5,968 pesetas, e as da granada de 12^{cm} custam 2,827. Houve portanto uma grande economia com a adopção da nova liga.

Organização sumaria dos carros de assalto nos exércitos que tomaram parte na guerra.

A) — Exército inglês: Um general de divisão com um E. Maior tinha sôb a sua direcção 5 brigadas, tendo cada uma destas: 3 batalhões (a 3 companhias de 3 secções), 1 companhia de transportes e 1 companhia especialista. Cada batalhão ligeiro tem 48 carros e os batalhões pesados teem 36. Cada unidade é ainda dotada com viaturas de turismo para reconhecimentos a grande distância e um grande número de tratores e camiões para as reparações e para rebocar os carros deteriorados na batalha ou que tivessem uma *panne*.

Os *serviços* dos carros de assalto dispunham de uma secção tecnica, de um depósito de material, de uma escola de mecânicos e condutores, uma escola de tiro, e um serviço de gases.

B) — Exército francês: Um general de divisão com o seu E. Maior, tendo sôb a sua direcção 3 brigadas, tendo cada uma 2 ou 3 regimentos. Cada regimento era a 3 batalhões de carros ligeiros e um grupo de carros pesados Schneider ou St.-Chamond. Cada batalhão era a 3 companhias de 3 secções com 5 carros. Cada companhia tinha um escalão compreendendo pessoal e material de reserva. Cada grupo pesado tinha 12 batarias (a 5 carros) Schneider, ou 9 batarias St.-Chamond. Todas as unidades tinham viaturas de turismo para reconhecimentos e um grande número de tratores e camiões para as reparações e reboques.

Os *serviços* compreendiam ainda: um parque de reparação, um batalhão de instrução e uma escola de radiotelegrafistas.

C) — Exército americano: Um general de brigada com o seu E. Maior tinha sôb a sua direcção 3 brigadas, cada uma destas com 3 batalhões de carros ligeiros e um batalhão de carros pesados e uma companhia de reparações.

Cada batalhão ligeiro ou pesado, tinha 3 companhias e estas a 23 carros cada uma. Cada companhia era a 3 pelotões, tendo ainda um nucleo de 8 carros para instrução e como reserva.

Os *serviços* compreendiam: 3 centros de instrução e depositos de material, tendo cada centro 3 companhias de instrução e uma companhia de reparações.

Cada companhia de reparação era dotada de um grande número de

viaturas de turismo para reconhecimentos e grande número de tratores e camiões.

D)—*Exército alemão*: Um coronel com o seu E. Maior tinha sôb a sua direcção 5 secções, cada uma a 5 carros modelo *Elfriede* e 10 secções de 5 carros tipo inglês. Havia ainda uma companhia de instrução com o efectivo de 750 homens destinada à instrução e manobra dos carros.

V. C.

CRÓNICA MARITIMA

Alemanha

Artelharía Krup e artelharía inglesa. Segundo se lê na *Rivista Marítima*, o almirante von Tirpitz demonstra nas suas *Memorias*, com dados numericos, a grande superioridade da artelharía Krupp sobre a inglesa contemporanea. Sabido, como é, que o couraçamento dos navios alemães era superior ao dos ingleses, senão na qualidade das chapas, pelo menos na sua espessura, onde os elementos fornecidos pelo almirante von Tirpitz despertam maior atenção é nos navios modernos aos quais os ingleses reforçaram o couraçamento, a ponto de o tornarem mais espesso nalgumas partes, do que nos navios alemães.

Assim comparando o "Baden," e o "Queen Elizabeth" ambos de 1913 e artelhados com peças de 38^m/45, o primeiro com couraça de 350^{mm} na cintura e 350^{mm} nas torres, e o segundo com 343^{mm} na cintura e 356^{mm} nas torres, a superioridade do "Baden," sobre o "Queen Elizabeth," manifesta-se pelos seguintes numeros: Enquanto o couraçado alemão podia perfurar a cintura e as torres do "Queen Elisabeth," respectivamente a 9.400 e 8.700 metros, este ultimo só poderia perfurar aquelas mesmas partes do "Baden" a 7.800 metros. Estes dados são, sem a menor duvida, muito significativos.

Brasil

Condições de promoção dos officiais de marinha. A nova lei de promoções da marinha brasileira, de 9 de Janeiro, estabelece algumas condições, que nos parece interessante registrar. Assim, segundo a disposição da alinea *d*) do artigo 6.º, os capitães-tenentes (que correspondem aos novos primeiros tenentes) para ascenderem a capitães de corveta (correspondendo aos novos capitães-tenentes) devem fazer o curso de uma das escolas profissionais. Em conformidade com outras disposições da mesma lei, só poderá ser promovido a contra-almirante o capitão de mar e guerra que obtiver o diploma da Escola Naval de Guerra, porque só os que o tiverem alcançado poderão daqui a 4 anos serem inscritos na escalas de comandos (artigo 28 e seu n.º 6), condição essencial para serem investidos no comando e poderem fazer o respectivo tirocinio no mar.

A lei de promoções da marinha brasileira estabelece ainda outras disposições muito importantes, como é, por exemplo, a que impede o acesso dos officiais que se conservarem mais de oito anos consecutivos ou 10 interrompidos em serviço estranho ao Ministerio da Marinha (n.º 5 do artigo 171).

Os notáveis progressos realizados nos últimos anos pela marinha brasileira, e que dia a dia se podem constatar nas suas publicações profissionais, devem-se atribuir em grande parte á ampla difusão da cultura provocada pela criação e aperfeiçoamento das suas escolas de oficiais e pelo metódico melhoramento dos diplomas que regulam a instrução naval.

Como ninguém ignora, o Japão foi um dos países onde primeiro e mais desenvolvidamente se adoptou o sistema da instrução progressiva dos oficiais de marinha, e os resultados obtidos na guerra russo-japonesa vieram demonstrar de forma iniludível a eficacia de tal processo.

Ali, antes da guerra com a Russia, os oficiais frequentavam três cursos obrigatórios e era-lhes facultado ainda cursar um quarto. De entrada os aspirantes faziam o curso preparatório da Escola Naval; em oficiais subalternos seguiam os trabalhos das escolas das especialidades; ao ingressarem nos quadros de oficiais superiores frequentavam o curso de guerra e finalmente em capitães de mar e guerra, querendo, acompanhavam um curso em que eram estudados os progressos de arte militar, material naval, etc.

Adoptando analogo criterio o Brasil acaba de reformar a sua legislação de forma a tornar obrigatoria a passagem dos futuros oficiais pelas escolas profissionais.

Estados Unidos

A escola de artilharia de costa de OLD POINT como complemento do WAR COLLEGE, da marinha de guerra. O numero de Março da *Rivista Maritima* publica um notavel artigo do *Sotto Ammiraglio* U. Conz, comandante que foi do *Conte di Cavour* durante a viagem deste navio aos Estados Unidos da America do Norte. Entre as curiosissimas informações que nos fornece o almirante Conz, uma das mais interessantes é a que se refere á Escola de Artilharia de Costa de *Old Point*. A escola é especialmente destinada aos oficiais de artilharia, mas é tambem frequentada pelos oficiais de marinha do *War College* (Escola de Guerra Naval) que, com os seus camaradas de terra, ali praticam no *campo tactico*, empenhando-se em partidas de jogo da guerra que são da maior utilidade tanto para uns como para outros, pelos ensinamentos que delas se podem deduzir.

O *campo tactico* de Old Point é um vasto e apropriado taboleiro em que dum lado está representada a costa adjacente á entrada do estuario de Hampton Roads, com as baterias em construção, etc, e do outro o mar.

Deste trabalho em comum resulta, na opinião do almirante Conz, um estreitamento de relações entre os artilheiros e os oficiais de marinha, que não só assegura melhor espirito de camaradagem, mas tambem permite que no *campo tactico* se esclareçam ideas e se evite possuir duas organizações, que tendo o mesmo objectivo e a mesma cultura intelectual, muitas vezes exprimem convicções radicalmente opostas e conceitos contraditórios, cousa difficil de desvanecer em artigos de revista ou em conferencias, mas que no jogo de guerra se podem conciliar, apagando as divergencias de opinião.

Deficiencia de pessoal nas marinhas de guerra e mercante. Está alarmando muito as autoridades navais dos Estados Unidos o pouco interesse que os americanos mostram pelo serviço na marinha, tanto de guerra como

mercante, atraídos, ao que parece, pelas vantagens que a vida comercial e industrial oferece naquele país. Recentemente duzentos aspirantes, em grande parte dos cursos mais adiantados, abandonaram a Academia Naval; quando foi das manobras de esquadra do Atlantico só puderam ser armados 7 couraçados com 70 % das guarnições, das quais 35 % eram constituídas por pessoal ainda não instruído, e para alcançar este resultado tão pouco lisonjeiro foi necessario desarmar grande numero de navios e estações costeiras.

Na marinha mercante as dificuldades que tem experimentado para obter pessoal, são tambem consideraveis.

A não ser que se modifiquem as condições actuais, tornar-se-ha portanto, extremamente embaraçosa para os Estados Unidos a realização da sua grande aspiração actual, de vir a ser a primeira potencia maritima do mundo.

França

Defesa das costas. Como é sabido, em França a defesa das costas foi confiada á marinha de guerra por um decreto de data recente, e para que ella possa desempenhar cabalmente as delicadas funções que lhe foram atribuidas, estão ao presente varios officiaes de marinha dedicando cuidadosa atenção a este assunto. Já o illustre almirante Develuy, no seu recente e interessantissimo livro, consignou bastantes paginas ao problema, mostrando desenvolvimento a influencia que os novos elementos de combate, especialmente a aviação e as minas, exercerão de futuro na defesa das costas. Agora coube a vez ao almirante X... que num estudo, em parte transcrito no *Moniteur de Flotte*, de 3 de abril, chama a atenção do publico e das autoridades maritimas para a longa serie de questões que terão de solucionar no cumprimento da nova e pesada tarefa que lhes foi entregue.

Na opinião deste official as duas questões primordiais que urge resolver são a do pessoal e a da escolha dos centros de defesa. Quanto á primeira entende que se torna indispensavel organizar o corpo de marinheiros guarda-costas, consttuido por inscritos maritimos que não se encontrando já em condições nem em idade de prestar serviço a bordo, possam contudo ser ainda utilizados em terra. Assim, a marinha continuará sempre contando com todos os individuos capazes de prestarem serviço activo no mar, e a defesa das costas ficará com a garantia de poder dispor dum pessoal perfeitamente apto para realisar serviços mais suaves, como em geral são os da defesa costeira, e facilmente mobilizavel porque a sua residencia habitual será nas proximidades dos centros de defesa.

A outra questão que o almirante X... reputa importante é o estudo e a fixação dos pontos onde devem ser montados os centros defensivos. O autor indica os que julga melhores, mas, sejam quais forem, o que se considera indispensavel é a elaboração dum plano geral de execução progressiva.

Atendendo a todas as circunstancias que concorrem nos diferentes portos das costas de França, e ás que derivam dos progressos da tecnica militar, será possivel, ou melhor, só assim será possivel, elaborar um sistema de defesa que seja ao mesmo tempo eficaz e economico.

Como se vê por este ligeiro apanhado, não falta naquela marinha quem manifeste a opinião de que ela, ao encarregar-se de uma parte tão importante da defesa nacional, reorganize esses serviços segundo novos criterios e em harmonia com os progressos realizados pela sciencia moderna.

Italia

O futuro navio de combate. Num extenso artigo do numero de janeiro — Fevereiro, da *Rivista Maritima*, tambem o comandante De Feo vem trazer a sua contribuição para o estudo do futuro navio de combate. O grande desenvolvimienio que o autor deu ao seu artigo, em que tratando de uma maneira geral do futuro dos navios de guerra, estuda mais demoradamente o navio de linha, não nos permite fazer nas poucas paginas desta cronica um pequeno e compreensivel resumo; limitar-nos-hemos, por este motivo a dizer que o comandante De Feo julga garantido o futuro do navio de linha de superficie com tanto que se adapte ás novas condições da guerra naval. Das modificações propostas pelo articulista, umas são perfeitamente realizaveis desde já, como, por exemplo, as que se referem ao armamento, e outras dependem de futuros aperfeiçoamentos, como são as que dizem respeito aos motores.

Não podendo seguir o autor nas suas considerações, nem mesmo fazendo-o de uma maneira muito sucinta, não podemos deixar de constatar a sua opinião autorizada, do lado dos defensores dos couraçados de superficie.

M. O.

BIBLIOGRAFIA

I — LIVROS

França

- 1 FREUCH (maréchal lord). — 1914. Traduction de Robert Burnaud. Préface du maréchal Toch. Nancy-Paris Strasbourg, impr. libr. éditeurs Berger — i.evrault 1919. In-8, VIII — 332 p. et cartes hors texte. 12 fr.
- 2 *Guide du Rhin pour les armées de l'Eutente*, avec 22 plans de ville et suivi d'un vocabulaire franco-allemand Tours, impr. E. Arrault et C^{ie}. Paris, Bernard Grassett, éditeur, 61, rue des Saints-Pères. 1919. In-16, VI — 184 p.
- 3 Eug. Lamy, avocat-agréé, secrétaire général a' «Amieus» Groupe central de défense et d'initiative. — *Voulez-vous counaitre et comprendre la loi des dommages de guerre? Lisez ceci. Loi sur la réparation des dommages de guerre. Tableaux synoptiques des dispositions pela loi du 17 avril 1919.* Avant — propos. Amiens imp. A. Grau, 21, rue des Angustions. 1919 In-4 à 3 col., 12 p. 1 f.

Inglaterra

- 4 *Australian Winners of the Victoria Cross.* A record of deeds that won the decoration during the Great War, 1914-9. With foreworde by His Excellency Sir Walter E. Davidson Compiled from Official Records by K. R. Cramp Cr. 8vo, pp. 80. McCarron Stewart (Sydney).
- 5 BACON (Admiral Sir Reginald) *The Dover Patrol, 1915-1917.* Vols. 1 and 2. 8vo. pp. 359, 326. Hutchinson. per set, n. 34/
- 6 BEAUCHAMP (Pat) *Fanny Goes to War*, With an introduction by Major-Gen. H. N. Thompson. Cr. 8vo, pp. 290. Murray. n. 6/
- 7 BEAUMONT (J. C. H.) *The British Mercantile Marine During the War.* Cr. 8vo, swd., pp. 54. Gay & H. n. 1/
- 8 BEWSHER (Paul) «Green Balls.» *The Adventures of a Night-Bomber.* Cr. 8vo, pp. 317. Blackwood. n. 6/
- 9 BODLEY (John Edward Courtney) *The Romance of the Battle-Line in France.* With an additional chapter on the results of the late war as affecting our national life and Imperial interests. Cr. 8vo, pp. 269 Constable. n. 7/6.
- 10 BLUETT (Antony) *With Our Army in Palestine.* Cr. 8vo, pp. 300. Melrose. n. 7/6
- 11 *Boy Scout's Year Book.* Edited by Franklin K. Mathews. Folio, pp. 252. Appleton. n. 8/6

- 12 *Catholic Soldiers*. By Sixty Chaplains and Many Others. Edited by Charles Plater. Cr. 8vo, pp. 157. *Longmans*. n. 5/
- 13 CROSSE (Rev. E. C.) *The Defeat of Austria. As seen by the 7th Division*. With maps and sketches by Sergt. E. Luton, and a preface by Major-Gen. T. H. Shoubridge. 8vo, pp. 126. *Deane & Sons* n. 7/6
- 14 EVANS (Captain E. R. G. R.) *Keeping the Seas*. 8vo, pp. 326. *S. Low*. n. 7/6
- 15 FALKENHAYN (Gen. Erich Von) *General Headquarters, 1914 1916, and its Critical Decisions*. 8vo, pp. 299 *Hutchinson*. n. 24/
- 16 FOCH (Marshal) *Precepts and Judgments*. With a Sketch on the Military Career of Marshal Foch by Major A. Grasset. Translated by Hilaire Belloc. Cr. 8vo, pp. 366. *Chapman & H.* n. 9/
- 17 GUGGISBERG (Brig.-Gen.) *Net Practice for Platoons*. 18mo, pp. 43. *Gale & P.* n. 1/
- 18 HAIG's (Sir Douglas) *Despatches*. (December, 1915-April, 1919) Edited by Lieut.-Col. J. H. Boraston. With Maps. 2 Vols. Folio, pp. 396. *Dent*. n. 42/
- 19 HANKEY (Donald), *Letters of. «A Student in Arms.»* With introduction and notes by Edward Miller. 8vo, pp. 444. *A. Melrose*. n. 6/
- 20 HARVEY (F. W.) *Comrades in Captivity. A Record of Life in Seven German Prison Camps*. 8vo, pp. 319. *Sidgwick & J.* n. 10/6
- 21 *History of the 50th Infantry Brigade, 1914-1919*. 8vo, *Oxford P.* n. 13/6
- 22 *History of the Old 2/4th (City of London) Battalion the London Regiment, Royal Fusiliers*. Cr. 8vo, pp. 189. *Westminster P.* n. 3/6
- 23 JAGGARD (Captain) *Army Records. Human and Humorous*. Cr. 8vo. *Shakespeare P.* n. 1/
- 24 *Jane's Fighting Ships, 1919*. Founded in 1896 by Fred. T. Jane. Joint Editors, Surgeon-Lieut. O. Parkes and Maurice Prendergast. Oblong folio, pp. 635. *Low*. n. £2 2/
- 25 JONES (E. H.) *The Road to En-Dor. Being an account of how two prisoners of war at Yozgad, in Turkey, won their way to freedom* With Illustrations by C. W. Hill. Cr. 8vo, pp. 342. *J. Lane*. n. 8/6
- 26 KINCAID SMITH (Lient.-Col. M.) *The 25th Division in France and Flanders*. 2nd edition. Cr. 8vo, pp. 429. *Harrison*. n. 5/
- 27 KINGHAM (W. R.) *London Gunners. The Story of the H.A.C. Siege Battery in Action*. Cr. 8vo, pp. 279. *Methuen*. n. 6/
- 28 KINGHAM (W. R.) *London Gunners. The Story of the H A C. Siege Battery in Action*. With a foreword by the Earl of Denbigh, C.V.O., A.D.C., T. D. 8vo, pp. 300 *Methuen*. n. 12/
- 29 KLEIN (Daril) *With the Chinks*. Cr. 8vo, pp. 259. *J. Lane*. n. 6/6
- 30 KOCH (T. W.) *Books in the War. The Romance of Library War Service* Cr. 8vo, pp. 407. *Houghton Mifflin (Boston, U.S.A.)*. n. 15/
- 31 LOWE (Major C.) *Siege Battery 94 During the World War 1914-1918*. With an introduction by Lieut.-Col. D. A. Sandford. 8vo, pp. 159. *T. W. Laurie*. n. 6/
- 32 MCKENNA (Stephen) *Ninety-Six Hours' Leave*. Cheap edition. Cr. 8vo, pp. 300. *Methuen*. n. 3/6

- 33 MONS, Anzac Kut. By an M.P. 8vo, pp. 251. *E. Arnold.* n. 14/
 34 MORISON (J. L.) *Allenby's First Attempt on Jerusalem.* A Chapter in Scottish Military History. Cr. 8vo, pp. 21. *Jackson P.* (Kingston, Ont.).
 35 MURE (Major A. H.) *With the Incomparable 29th.* Cr. 8vo, pp. 206. *Chambers.* n. 5/
 36 *Muse in Arms.* Edited with an introduction by E. B. Osborn. 5th impression. 8vo, pp. 295. *Murray.* n. 7/6
 37 *Odd Hint to the R.A.F., The.* Bx «Wing Commander.» Cr. 8vo, pp. 62. *T. Warden.* n. 26/
 38 PEARCE (Charles) *Stirring Deeds in the Great War.* Cr. 8vo, pp. 308. *S. Paul.* n. 6/
 39 POWEL (Joseph) and Gribble (Francis) *The History of Runhleben. A Record of British Organisation in a Prison Camp in Germany.* 8vo, pp. 261. *Collins.* n. 10/6
 40 REYNARDSON (Captain H. Birch) *Mesopotamia, 1914-15.* Extracts from a Regimental Officer's Diary. 8vo, pp. 284. *Melrose.* n. 9/
 41 STERN (Lieut.-Col. Sir Albert G.) *Tanks, 1914-1918. The Log Book of a Pioneer.* Illustrated. 8vo, pp. 310. *Hodder & S.* n. 12/
 42 STOKES (Sir W.) *Short Record of the East Anglican Munitions Committee, in the Great War, 1914-8.* With Portraits. Cr. 8vo, pp. 23. *The Committee.*
 43 *Story of Our Submarines, The.* By Klaxon. Cr. 8vo, pp. 297. *Blackwood.* n. 6/
 44 TERNAN (Brig Gen. Trevor) *The Story of the Tynesid Scottish.* Cr. 8vo, pp. 160. *Northumberland P.* (Newcastle-on-Tyne). n. 3/
 45 VINCE (Charles) *England in France. Sketches Mainly with the 59th Division.* Drawn by Sydney R. Jones. Folio, pp. 198. *Constable.* n. 21/
 46 WALKER (H. M.) *A History of the Northumberland Fusiliers, 1674 1902* With Map and Illustrations. 8vo, pp. 502. *Murray.* n. 21/
 47 *War Pictures.* Issued by Authority of the Imperial War Museum. Royal 8vo, swd., pp. 112. *Judd.* n. 2/6
 48 WESTERMAN (Percy F.) *The Thich of the Fray at Zeebrugge,* April 1918. Illustrated by W. Edward Wigfull. Cr. 8vo, pp. 256. *Blackie.* n. 4/
 49 WYLLIE (W. L. R. A.), Owen (C.), and Kirkpatrick (W. D.) *More Sea Fights of the Great War,* including the Battle of Jutland. Royal 8vo, pp. 186. *Cassell.* n. 15/
 50 YOUNG (Francis Brett) *Marching on Tanga.* With General Smuts in East Africa. New edition. 8vo, pp. 256. *Collins.* n. 10/6

II — PERIODICOS

Portugal

- 1 *Anais do Club Militar Naval,* n.º 12 de Dezembro de 1919. O navio de commercio. A lei de Semelhança Mecânica. A grande Guerra e a Composição Futura das Armadas Desencobramento das bocas de fogo.
 2 *O Instituto,* n.º 2 de Fevereiro de 1920. O movimento tipografico em

Portugal no seculo xvi. Desinteresse. Dois ineditos acêrca das ilhas do Faial, Pico, Flôres e Corvo. Ourives de Coimbra. A embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641.

Argentina

- 1 *Revista Militar*, n.º 229 de Fevereiro de 1920. Modelo de ordenes para inspecciones. Fe de erratas al segundo articulo del N.º 227 de diciembre de 1919. La batalla ofensiva de la guerra de trincheras. Sobre esterilización de aguas potables. La destrucción del VI ejercito turco. Defensa contra ataques aéreos. De un informe sobre aviación. Alguns puntos discutidos sobre los acontecimientos de la gran guerra. La batalla de Ypres. Caballeria alemana y caballeria francesa en el ultimo año de guerra. Servicio sanitario en los desembarcos bajo las condiciones del proprio país. La primera salida de Ambares. Tactica de infanteria. Etc.

Colombia

- 1 *Memorial del Estado Mayor del Ejercito de Colombia*, n.º 91 de janeiro de 1920. El reclutamiento. Uniforme militar. Marchas y tiro. Estudio comparativo sobre las escuelas militares del Perú, Argentina, Brasil y Chile. El canal de Panamá. En el ejército.

Brasil

- 1 *Revista dos Militares*, n.º 115 de Janeiro de 1920. 3.ª Região Militar — Parada dos corpos. O mormo. A Bandeira. «Le nouvel officier de infanterie». Assumptos militares: O merecimento intellectual e a antiguidade de praça. Guia do Monitor. Nada de schemas. Manual do artilheiro. Indice do volume xix. Campos e campanhas de tiro. Academia de Guerra de Berlim. Tarefa para reservistas. Documentos historicos. Legislação Militar.

Espanha

- 1 *Memorial de Infanteria*, n.º 99 de Abril de 1920. Infantes ilustres. Definitivas y fundamentales enseñanzas de la pasada guerra. Origen del desastre militar rumano. Lineas de Guipuycoa. D. Julián Sanchez (a) el Charro. Problemas tacticos del Capitán Baledent. Penetraciones com el cartucho de bala cilindro-ojival y envuelta de latón (fusil Mauser). Necesidad é importancia de las inspecciones en la instrucción y en la organización. Cuestiones que debe tratar el oficial en sus conversaciones con la tropa. El inductofono. La telefonía por la luz. Cronica Militar. Noticias Militares. Etc.

Estados-Unidos

- 1 *The International Military Digest*, n.º 3 do vol. 7 de Março de 1920.

França

- 1 *Revue Militaire Générale*, n.º 2 de Fevereiro de 1920. Le rôle de Belfort en 1914. Les transformations de l'armée allemande du 11 novembre 1818 au 11 novembre 1919. Un point d'histoire. La 42.º division d'infanterie à la bataille de la Marne. Stratégie et opérations dans l'Est. Bibliografie.

N.º 3 de Março. Un régiment de cavalerie français en Palestine. Extrapolations. Les transformations de l'armée allemande du 11 novembre 1918 au 11 novembre 1919. Opinions étrangères sur la guerre. Verdun. Bibliographie.

Mexico

- 1 *Revista del Ejército y Marina*, n.ºs 9 e 10 de Setembro e Outubro de 1919. El Asalto a Chapultepec en 1847. Aguilas e Leones. Paginas da Independencia do Mexico; Geneologia y Biografía del Benemerito Cura de Dolores, Don Miguel Hidalgo y Costilla. Origenes de la Guerra de Independencia. Conecemos a los héroes de 1810? El Itenerario de Hidalgo. La primera celebración del 16 de Septiembre. El sargento Pio Marcha. Matias Carranco. Ignora su merced, que se ha levantado? El Barrigon. La casa de la Corregidora. Muerte de los señores generales Cura D. Miguel Hidalgo y Costilla, D. Ignacio Allende, Aldama, Jiménes y Santa Maria. Etc.

Peru

- 1 *Memorial del Ejército*, n.º 1 de Janeiro de 1920. La aviación militar en el Perú. Condolencia oficial. Discursos. El Teniente Enrique Ruiz E. Espana — Reorganización del Ejército. El comando de los modernos ejércitos. Empleo en Alemania de baterias de cañones de infanteria. Como fueron decididos los grandes destinos de Italia. Escuela Superior de Guerra — 11.º e 12.º Conferencia del Curso del Estado Mayor. La Legislación militar en el Perú. El servicio militar obrigatorio. Curso de Administracion Militar. Nociones sobre los servicios de un Ejército. La derrota del Ejército Aleman. Etc.

Suissa

- 1 *Revue Militaire Suisse*, n.º 3 de Março de 1920. La genèse de la bataille de la Marne. Le rôle des troupes du génie dans la guerre mondiale. Les coiffures de notre armée et la suppression du Kepi. Erich Ludendorff Chronique suisse, chronique française, chronique italienne. Bulletin bibliographique.

N.º 4 de Abril. A propos de notre organisation militaire. Entraînement et concours militaires. La nouvelle armée hongroise. Chronique suisse, chronique française. Informations. Bulletin bibliographique.

Uruguay

- 1 *Revista Militar*, n.ºs 188-190 de Dezembro de 1919 a Fevereiro de 1920. Nuestra palabra. Homenaje a la memoria de Rodó. Explicación elemental sobre círculos, curvas y rectas de altura. Fotografía aérea. Ligeros apuntes sobre higiene del caballo. Educación moral. Educación militar. La enseñanza de la guerra. Informaciones militares. *Revistas Militares*.

Erratas ao n.º 5 de 1920

Na pag. 299 — linha 16 — onde se lê *Migourba* deve lêr-se *Migomba*

Na pag. 300 — linha 57 — onde se lê *150^m* deve lêr-se *1500^m*